



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE  
PERNAMBUCO**

***Campus Recife***

**DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE CURSOS SUPERIORES**

**Coordenação do Curso de Licenciatura em Geografia**

**ANDRÉA DA SILVA LIMA**

**O “LUGAR” NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO: prismas para jovens de  
uma unidade de semiliberdade da Cidade de Recife-PE**

Recife-PE

2025

**ANDRÉA DA SILVA LIMA**

**O “LUGAR” NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO: prismas para jovens de uma unidade de semiliberdade da Cidade de Recife-PE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Geografia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco – *Campus* Recife, como requisito para obtenção do título de Licenciado(a) em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Wedmo Teixeira Rosa

Recife-PE

2025

Catlogação na fonte: Danielle Castro da Silva CRB4/1457

L732I  
2025

Lima, Andréa da Silva

O "lugar" no sistema socioeducativo: prismas para jovens de uma unidade de semiliberdade da Cidade de Recife-PE. / Andréa da Silva Lima. --- Recife: A autora, 2025.

68f. il. Color.

Trabalho de Conclusão (Curso Superior Licenciatura em Geografia) – Instituto Federal de Pernambuco, Recife, 2025.

Inclui Referências, Apêndice e Anexo.

Orientadora: Prof. Dr. Wedmo Teixeira Rosa.

1. Geografia. 2. Unidades socioeducativas. 3. Vivencias espaciais. 4. Ressocialização. 5. Balanço Hídrico I. Título. II. Rosa, Wedmo Teixeira (orientador). III. Instituto Federal de Pernambuco.

CDD 910.7 (21ed.)

ANDRÉA DA SILVA LIMA

**O “LUGAR” NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO: prismas para jovens de uma unidade de semiliberdade da Cidade de Recife-PE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Geografia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco – *Campus* Recife, como requisito para obtenção do título de Licenciado(a) em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Wedmo Teixeira Rosa

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado e **APROVADO** em 10 de abril de 2025 pela Banca Examinadora:

---

Wedmo Teixeira Rosa (IFPE/CGEO)

Orientador

Doutor em Geografia – UFPE

---

Cláudia Valéria Rosa da Silva (UFPE/PPGEdu)

Examinadora Externa

Mestra em Educação – UFPE

---

Clézia Aquino de Braga (IFPE/CGEO)

Examinadora Interna

Mestra em Geografia – UFPE

Recife-PE

2025

*Este trabalho é dedicado aos meus pais, meus melhores incentivadores.*

*Sem a base de seus ensinamentos eu não teria conseguido.*

*(Dedicatória)*

## **AGRADECIMENTOS**

Aos meus pais D. Bia e Sr. Pedro (*in memóriam*) que mesmo não tendo conseguido terminar seus estudos pelas circunstâncias da vida, sempre incentivaram seus filhos a estudar e concluir as etapas da educação. A todos os meus professores que ao longo de minha vida foram os meus grandes incentivadores, até mesmo os que não acreditaram na minha capacidade, mas que de certa forma, também contribuíram para que eu chegasse até aqui. Ao meu marido Odair e ao meu filho João Vitor, que ao longo dessa caminhada, pude contar com a paciência de ambos, especialmente nos momentos em que precisei me ausentar dos encontros familiares pelas obrigações acadêmicas. A todos os meus colegas de turma do IFPE, que também contribuíram muito nesse processo.

A todos, muito obrigada!

*A educação é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo.*

(Nelson Mandela)

## RESUMO

Esta pesquisa tem o objetivo de investigar como jovens em cumprimento de medidas socioeducativas vivenciam e atribuem significados ao lugar, e como as experiências influenciam sua reconstrução identitária e seus projetos de vida. Assim, trata-se de um estudo de caso que buscou compreender como os jovens, de uma unidade de semiliberdade em Recife-PE, percebem, sentem e significam os lugares de cumprimento das medidas socioeducativas. A escolha do tema emerge das observações da pesquisadora no período em que trabalhou como agente socioeducativo na unidade de semiliberdade Casem Harmonia. Para tanto, utilizou-se uma abordagem de pesquisa qualitativa devido à complexidade do tema. Os procedimentos metodológicos foram: análise documental, baseando-se principalmente em instrumentos normativos e institucionais como ECA, SINASE, e da própria instituição, destacando-se regimentos internos, relatórios e histórico da unidade; realizou-se também buscas e análises de produções acadêmicas que foi indispensável, pois com ela é possível uma aproximação do universo do objeto investigado, realizada em artigos e teses de dissertações através do banco de dados da SCIELO, no Site Google Acadêmico, do banco de dados do Catálogo de Teses e Dissertações da Capes e da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações BDTD; aplicação de questionário semiestruturado feito no Google Forms contendo 21 questões que foi aplicado em um grupo de 17 adolescentes institucionalizados, abordando perguntas sobre suas percepções, memórias e sentimentos, em relação a unidade socioeducativa; e realização de atividade para produção de mapas mentais, nos quais os participantes representaram graficamente suas relações com o espaço. Constatou-se nesta pesquisa que os socioeducandos percebem a unidade socioeducativa como acolhedora, um lugar de aprendizagem, e acreditam que as atividades diárias realizadas nesse espaço trazem benefícios para sua vida fora dali. Mas a raiva é um sentimento predominante quando estão institucionalizados. Sentem felicidade e alívio quando estão fora da unidade socioeducativa, demonstrando forte intenção de se afastar desse lugar, mas as relações estabelecidas por esses sujeitos com seu contexto social ainda são fortes e convidativas, tornando-os susceptíveis a reincidirem para novas infrações.

**Palavras-chave:** semiliberdade; vivências espaciais; unidades socioeducativas; ressocialização.

## ABSTRACT

This research aims to investigate how young people serving socio-educational measures experience and attribute meanings to the place, and how experiences influence their identity reconstruction and their life projects. Thus, this is a case study that sought to understand how young people, from a semi-freedom unit in Recife-PE, perceive, feel and give meaning to the places where socio-educational measures are served. The choice of the theme emerges from the researcher's observations during the period in which she worked as a socio-educational agent at the semi-freedom unit Casem Harmonia. To this end, a qualitative research approach was used due to the complexity of the theme. The methodological procedures were: documentary analysis, based mainly on normative and institutional instruments such as ECA, SINASE, and the institution itself, highlighting internal regulations, reports and history of the unit; We also conducted searches and analyses of academic productions, which were essential, since they allow an approximation of the universe of the object investigated, carried out in articles and dissertations through the SCIELO database, on the Google Scholar website, the Capes Theses and Dissertations Catalog database and the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD); application of a semi-structured questionnaire made in Google Forms containing 21 questions that was applied to a group of 17 institutionalized adolescents, addressing questions about their perceptions, memories and feelings, in relation to the socio-educational unit; and carrying out an activity to produce mental maps, in which the participants graphically represented their relationships with the space. It was found in this research that the socio-educational students perceive the socio-educational unit as welcoming, a place of learning, and believe that the daily activities carried out in this space bring benefits to their lives outside of it. However, anger is a predominant feeling when they are institutionalized. They feel happy and relieved when they are out of the socio-educational unit, demonstrating a strong intention to move away from that place, but the relationships established by these individuals with their social context are still strong and inviting, making them susceptible to reoffending and new offenses.

**Keywords:** semi-freedom; spatial experiences; socio-educational units; resocialization.

## LISTA DE FIGURAS

|                                                                        |    |
|------------------------------------------------------------------------|----|
| Figura 1 - Mapa Mental .....                                           | 30 |
| Figura 2 – Sentimentos e emoções.....                                  | 31 |
| Figura 3 – Sentimentos e emoções 2.....                                | 31 |
| Figura 4 – Distribuição das unidades da Funase em Pernambuco .....     | 38 |
| Figura 5 - Ilustrações de internos – 1, 2 e 3 .....                    | 51 |
| Figura 6 - Ilustrações de internos 4, 5 e 6 .....                      | 51 |
| Figura 7 - Ilustrações de internos 7, 8 e 9 .....                      | 52 |
| Figura 8 - Levantamento das informações contidas nas ilustrações ..... | 52 |

## LISTA DE GRÁFICOS

|                                                                                                                  |    |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Gráfico 1 - efeito populacional por sexo .....                                                                   | 18 |
| Gráfico 2- Síntese do efetivo populacional das unidades socioeducativas, por cor ou<br>raça – Outubro/2024 ..... | 18 |
| Gráfico 3 - Perfil Sociodemográfico .....                                                                        | 45 |
| Gráfico 4- Sentimentos e percepções sobre a unidade socioeducativa .....                                         | 46 |

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

CASE - Centros de Atendimento Socioeducativo

CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente

FIC- CET - Faculdade Integrada

FNBEM- Fundação Nacional do Bem -Estar do Menor

FUNASE- Fundação de Atendimento Socioeducativo

FUNDARPE- Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco

IFPE- Instituto Federal de Pernambuco

IST'S – Infecções Sexualmente Transmissíveis

MEC- Ministério da Educação

ONU- Organizações das Nações Unidas

PEDAS-Plano Estatal Decenal de Atendimento Socioeducativo de Pernambuco

PPPPF- Parque Profissionalizante Professor Paulo Freire

PIA- Plano Individual de Atendimento

SENAC- Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SINASE- Sistema Nacional do Atendimento Socioeducativo

SUAS- Sistema Único de Assistência Social

SUS- Sistema Único de Saúde

UNIAI- Unidade de Atendimento Inicial

UNICAP- Universidade Católica de Pernambuco

UPE- Universidade de Pernambuco

## SUMÁRIO

|                                                                                            |           |
|--------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>1 INTRODUÇÃO .....</b>                                                                  | <b>13</b> |
| <b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....</b>                                                       | <b>15</b> |
| 2.1 Geografia Humanística e o conceito de lugar.....                                       | 15        |
| 2.2 Vivências Espaciais e Identidade .....                                                 | 17        |
| 2.3 Adolescência, Ato infracional e Semiliberdade.....                                     | 19        |
| 2.3.1 Adolescência .....                                                                   | 19        |
| 2.3.2 Ato infracional.....                                                                 | 21        |
| 2.3.3 Semiliberdade .....                                                                  | 23        |
| <b>3 METODOLOGIA .....</b>                                                                 | <b>28</b> |
| <b>4 SISTEMA SOCIOEDUCATIVO NO BRASIL E EM PERNAMBUCO .....</b>                            | <b>33</b> |
| 4.1 Documentos Fundamentais.....                                                           | 33        |
| 4.2 História da Socioeducação.....                                                         | 35        |
| 4.3 Fundação de Atendimento Socioeducativo (FUNASE) .....                                  | 38        |
| 4.3.1 Modalidade de Atendimento.....                                                       | 39        |
| 4.4 A CASEM Harmonia.....                                                                  | 43        |
| <b>5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DE DADOS .....</b>                                                | <b>44</b> |
| 5.1 Perfil sociodemográfico dos adolescentes .....                                         | 44        |
| 5.2 Vivências emocionais e significados do lugar para jovens em medida socioeducativa..... | 46        |
| 5.3 Vivências e Significados da Unidade .....                                              | 47        |
| 5.4 Identidade, Ressocialização e Projetos de Vida.....                                    | 48        |
| <b>6 EXPRESSÕES ATRAVÉS DAS ILUSTRAÇÕES.....</b>                                           | <b>50</b> |
| 6.1 Atividade do Mapa Mental .....                                                         | 50        |
| 6.2 Realidades sociais e cultura de jovens infratores.....                                 | 55        |
| <b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>                                                        | <b>57</b> |
| <b>REFERÊNCIAS.....</b>                                                                    | <b>60</b> |
| <b>APÊNDICES .....</b>                                                                     | <b>64</b> |
| <b>ANEXOS .....</b>                                                                        | <b>72</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

O conceito de lugar, central na geografia humanista, refere-se ao espaço dotado de significado a partir das vivências e percepções humanas. Esse conceito assume especial relevância em contextos que envolvem rupturas e reconfigurações na relação entre os sujeitos e os espaços que ocupam, como no caso do sistema socioeducativo. Para jovens em unidades de semiliberdade, o lugar transcende as barreiras físicas, envolvendo interações sociais, memórias, sentimentos e expectativas.

Na cidade de Recife-PE, as unidades de semiliberdade oferecem um cenário emblemático para a reflexão sobre como o lugar é percebido e ressignificado. A unidade de semiliberdade, caracterizada por sua função institucional, é um lugar de reconstrução de trajetórias e, ao mesmo tempo, de restrição e disciplina. Nas unidades de semiliberdade, o lugar não se limita a um espaço físico delimitado por muros e regras; ele também engloba as vivências, as relações interpessoais e os significados atribuídos pelos jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. Justificando a escolha do tema, ele emerge das observações da pesquisadora no período em que trabalhou como agente socioeducativo na unidade Casem Harmonia, onde as observações giraram em torno das relações, vivências e percepções dos adolescentes sobre o lugar de cumprimento da medida, paralelo a isso a questão da reincidência no sistema que provoca muitas inquietações para essa problemática.

Nesse contexto, este trabalho tem como objetivo geral compreender como os jovens, de uma unidade de semiliberdade em Recife-PE, percebem, sentem e significam os lugares de cumprimento das medidas socioeducativas. Destacam-se, como objetivos específicos:

- I. Identificar os sentimentos e percepções dos jovens em relação à unidade de semiliberdade;
- II. Investigar as vivências e os significados atribuídos à unidade socioeducativa enquanto espaço institucional, de transformação e/ou de exclusão;
- III. Analisar as implicações dessas vivências espaciais na reconstrução de identidades, perspectivas de ressocialização e projetos de vida dos jovens.

Este estudo é relevante por diversos aspectos. No campo acadêmico, ele contribui para o aprofundamento do conceito de lugar, articulando-o ao sistema socioeducativo, um contexto ainda pouco explorado pela geografia humanista, destacando as dimensões subjetivas das experiências espaciais de jovens em contextos de vulnerabilidade social. No âmbito social, investigar as experiências dos jovens em unidades de semiliberdade pode trazer à tona percepções e desafios que muitas vezes permanecem invisibilizados.

Por fim, no campo prático, o estudo pode subsidiar políticas públicas mais humanizadas e efetivas, que considerem a subjetividade e o significado dos lugares como elementos fundamentais no processo de reintegração social desses jovens.

A pesquisa documental foi exercida com a finalidade de descrever o fenômeno social investigado através de documentos referentes a temática pesquisada. Baseando-se principalmente em instrumentos normativos e institucionais como ECA, SINASE, e da própria instituição, destacando-se regimentos internos, relatórios e histórico da unidade; a análise das produções acadêmicas foi indispensável, pois com ela é possível uma aproximação do universo do objeto investigado, foi realizada em artigos e teses de dissertações através do banco de dados da SCIELO, no Site Google Acadêmico, do banco de dados do Catálogo de Teses e Dissertações da Capes e da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações BDTD; aplicação de questionário semiestruturado feito no Google Forms contendo 21 questões abordando perguntas sobre suas percepções, memórias e sentimentos, em relação a unidade socioeducativa, e realização de atividade para produção de mapas mentais, nos quais os participantes representaram graficamente suas relações com os espaço.

Os dados analisados confirmaram que a relação desses jovens com a unidade de semiliberdade como lugar de cumprimento de medidas socioeducativas é permeada por sentimentos de acolhimento, raiva, disciplina, ansiedade e perspectivas, ou seja, permeada de experiências paradoxais, simultaneamente como restrição e como possibilidade de reconstrução identitária.

Indicando que a presença de equipes multifuncionais e uma política pública externa no sentido de vincular essas pessoas ao trabalho e renda são fatores chaves para reintegração desses jovens. Entretanto, observou-se simbologias como siglas e a palavra “tropa” que remetem ao apego a grupos criminosos ou facção. Evidenciando que fora da instituição essas pessoas ainda conservam fortes ligações com grupos

criminosos nas suas comunidades de origem. Certamente este é um dos fatores para a questão da reincidência no sistema, e é também um ponto limitante da pesquisa abrindo lacunas para novas investigações nesse tocante.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **2.1 Geografia Humanista e o conceito de lugar**

A Geografia Humanista surge em meados dos anos 1970 com uma onda de escritos precedidos por Yi-Fu Tuan. Este movimento de renovação na geografia buscava métodos alternativos para a valorização do indivíduo e de sua espacialidade. Essa abordagem exerce grande influência no meio acadêmico entre diversas pesquisas contemporâneas, incluindo autores como Edward Relph, Anne Buttimer, entre outros, que marcam a história da geografia. O ponto em comum é a busca da fenomenologia e do existencialismo, e a crítica à lógica de cunho lógico-positivista como base da renovação da geografia. A abordagem aponta para um contexto mais amplo, extra – geografia: o do surgimento do pós-modernismo (Holzer, 2008). Filósofos como Edmund Husserl e Martin Heidegger, serviram de bases filosóficas para as variadas pesquisas que surgiram desse movimento, a qual a razão objetiva se refere a existência humana e não depende da quantificação. Ambos falavam sobre o “mundo vivido” ou “ser no mundo” respectivamente. Já os geógrafos conceituaram o mesmo objeto, de “Lugar”.

Segundo Tuan,

O lugar é um centro de significado construído pela experiência. É conhecido não apenas através dos olhos e da mente, mas também através dos modos de experiência mais passivos e diretos, os quais resistem à objetificação. Conhecer o lugar plenamente significa tanto entendê-lo de um modo abstrato quanto conhecê-lo como uma pessoa conhece outra. (Yi-Fu Tuan, 2018, p. 5)

A geografia humanista enfatiza o lugar como uma construção social e subjetiva, marcada pelas experiências, percepções e sentimentos dos indivíduos. Tuan (1983) argumenta que o lugar se diferencia do espaço por seu caráter vivido e carregado de significados, enquanto Relph (1979) também argumenta que as experiências variadas

e mesmo contraditórias que nós temos de espaços, paisagens e lugares combinam as qualidades e aparências destes com os nossos modos e atitudes, e que essas experiências são fundidas em "geograficidade", a base preconsciente e preconceitual da Geografia. Para Buttner (1982), o lugar é utilizado como principal conceito na abordagem humanista, cujas bases metodológicas estão associadas à fenomenologia e ao existencialismo – também chamado de uma fenomenologia existencial, pelo diálogo estabelecido pelo o homem e seu meio, através da percepção, do pensamento dos símbolos e da ação. Relph (2014) examina um fenômeno do mundo vivido, o “lugar”, e tenta elucidar a diversidade e intensidade de nossas experiências do lugar, buscando entender o que está por trás do rápido aumento pelo interesse em estudar o lugar, por diversos pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento nos anos 1990. Para isso ele faz uma lista sobre alguns aspectos em que o lugar pode ser pensado, dentre as quais podemos trazer para esse ensaio:

O lugar como fisionomia do lugar, que em seu sentido mais óbvio pode ser uma colina, um vale, uma construção, rua etc. (...)

O lugar como interioridade, referindo-se à familiaridade, conhecendo o lugar de dentro para fora e não o contrário como faz o turista ou um observador (...)

O lugar como lar onde as raízes são mais fortes, onde se conhece e se é conhecido pelos outros, e onde se pertence (...) (Relph, 2014, P. 23-24)

O autor destaca a autenticidade ou alienação que as pessoas podem sentir em relação a determinados lugares. Esta alienação se constrói a partir das referências que os indivíduos exercem sobre o outro, assim como o espaço físico.

Mas vale ressaltar que o lugar é um espaço delimitado, e que o indivíduo quando não tem possibilidades de ampliar essa percepção do meio corre o risco de tomar decisões a partir de um senso comum ou em situações mais complexas por este próprio lugar o limitar a determinadas escolhas, estas que o levam incondicionalmente a decisões erradas e que lhes podem causar prejuízos (Silveira, 2020).

Tuan (1980), faz uma importante contribuição a epistemologia da geografia, o geógrafo nos provoca a questionar quais foram e quais são nossos ideais ambientais, como o percebemos, nos situamos, significamos o mundo que ocupamos, se propondo a examinar a percepção e os valores ambientais, mostra a construção de

valores concernente ao meio ambiente, as mudanças de visões de mundo e a distinção entre diferentes experiências ambientais. O autor identifica, como e por que, os homens, variam temporal, histórica, cultural e individualmente sua percepção sobre o meio, o espaço que ocupam, onde constroem suas relações e significações e estabelecem diferentes valores. Nessa construção que faz com que o espaço se torne lugar. Nesse contexto e com base nas obras de Buttimer (1982), Edward Relph (2014), Holzer (2008) e Yi-Fu Tuan (1980; 1983) é que compreendemos o conceito de lugar e fizemos as análises propostas neste trabalho 2.1.1 Subtópico

## **2.2 Vivências Espaciais e Identidade**

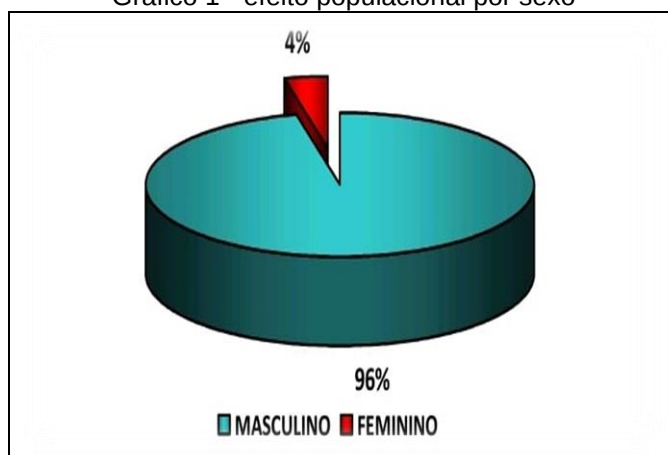
A relação entre o lugar e a identidade é central na geografia humanista. Para Massey (2000), os lugares são arenas de significados em constante negociação, moldando e sendo moldados pelas experiências dos sujeitos. Em contextos de privação de liberdade, essa relação ganha contornos específicos, revelando tensões entre disciplina e ressignificação. Contudo, a vivência dos jovens nesses espaços muitas vezes reflete dinâmicas de exclusão social, que afetam sua relação com o lugar e com suas próprias identidades. O Brasil possui cerca de 25 milhões de adolescentes na faixa de 12 a 18 anos, o que representa 15% (quinze por cento) da população. Destes, 39.567 (trinta e nove mil quinhentos e sessenta e sete) estão no Sistema Socioeducativo SSE. (SINASE, 2006, P.19)

Analisando a população atendida pelo Sistema Socioeducativo em Pernambuco, verifica-se que ela é constituída, em sua maioria, de adolescentes que vivem em situação de grande vulnerabilidade social. Ignorar as circunstâncias de vida e as características psicológicas deste período de desenvolvimento é, por si só, uma violência que se comete contra esses adolescentes (Pedas, 2015-2024). A violência institucional, conforme definida na Lei nº 13.431/17, é aquela praticada por instituição pública ou conveniada, inclusive quando gerar revitimização. Também pode ser entendida como a violação de direitos praticada pelo Estado, na figura de seus agentes ou funcionários públicos, por ação ou omissão no exercício da atividade profissional. (PLANECVA, 2022).

Em Pernambuco, os atos infracionais cometidos por adolescentes do sexo feminino (4%) são significativamente menores, se comparados com aqueles

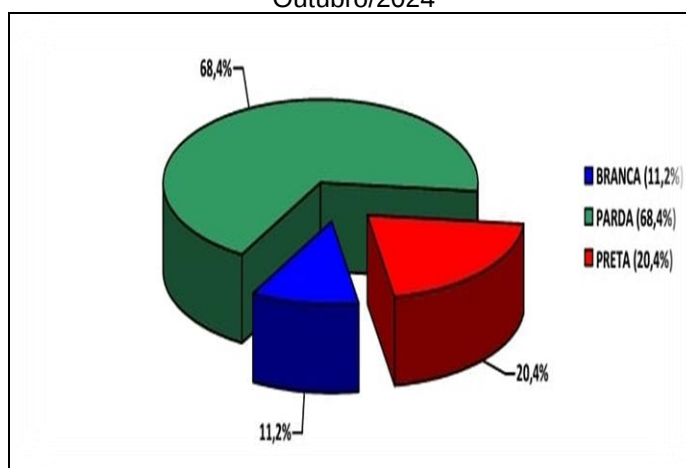
cometidos pelos adolescentes do sexo masculino (96%), gráfico 1. O encarceramento no Brasil tem cor, por tanto, não podemos deixar de analisar o recorte de gênero e raça, uma vez que grande percentual dos jovens institucionalizados, são negros e do sexo masculino. Observa-se também que a maioria da população institucionalizada no sistema socioeducativo do Estado de Pernambuco, se reconhecem como pessoa parda (gráfico 2). Os gráficos a seguir foram retirados do Boletim Estatístico da Funase de 2024.

Gráfico 1 - efeito populacional por sexo



Fonte: Coordenadoria Técnica – Unidades Socioeducativas – Outubro/2024

Gráfico 2- Síntese do efetivo populacional das unidades socioeducativas, por cor ou raça – Outubro/2024



Fonte: Coordenadoria Técnica – Unidades Socioeducativas – Outubro/2024

Para fins estatísticos, no ano de 2022 houve o maior registro da população que se autodeclara parda em uma estimativa de 92,1 milhões de pessoas, ou seja, 45,3% da população, esta notificação foi anteriormente observada no ano de 1991 na

aplicação do censo. Apenas 20,6 milhões se declaram pretas, ou seja, (10,2%). IBGE, (2022)

Nas estatísticas apresentadas observa-se que um considerável percentual dos jovens não se identifica como negro, justamente por saber que há rótulos e preconceitos associados às suas origens. Da mesma forma que morar em comunidades periféricas já os incumbe a viver em um ambiente físico como violento e insalubre, e as próprias abordagens da lei são diferentes nestes espaços, enquanto que nas classes mais favorecidas as polícias tem por função proteger, nas classes periféricas a intenção é de reprimir (Serra et al., 2020).

A transição da infância para a adolescência é complexa e multidimensional, envolvendo mudanças em diferentes aspectos da vida humana.

Nos itens a seguir serão apresentadas algumas definições importantes para compreensão deste trabalho.

## **2.3 Adolescência, Ato infracional e Semiliberdade**

### *2.3.1 Adolescência*

Segundo o art. 2º do ECA (1990), “é a fase que vai dos 12 anos e finaliza aos 18”. Já o Ministério da Saúde segue a convenção elaborada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) que define a adolescência dos 10 aos 19 anos, 11 meses e 29 dias, e a juventude acontece entre 15 e 24 anos. Isso significa que os últimos anos da adolescência se misturam com os primeiros anos da juventude. O ECA ainda estabelece em seu artigo 3º:

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. (ECA, 1990)

O Ministério da Saúde adota ainda o termo “pessoas jovens” para se referir ao conjunto de adolescentes e jovens, ou seja, à abrangente faixa compreendida entre 10 e 24 anos. (Brasil, Ministério da saúde/saúde do adolescente e jovem).

Indubitavelmente quando se convive com adolescentes é nítido suas condutas desafiadoras. Segundo Piaget (1999), o desenvolvimento humano passa por quatro estágios onde, o primeiro é o sensório motor (de zero a dois anos), que é a maneira que o bebê conhece o mundo, nesse estágio predomina o desenvolvimento das percepções sensoriais e dos movimentos. O segundo é o pré-operatório (dos dois anos aos sete anos) nesse estágio a criança aprende a falar e reconhecer símbolos. O estágio das operações concretas (dos sete aos doze anos), é o terceiro e mais longo e representa um grande salto da ação às operações mentais concretas. E o último estágio do desenvolvimento é o da “operação formal” que ocorre entre (onze e doze anos em diante), onde acontece o amadurecimento das características da vida adulta. (Piaget, 1999) Na visão Piagetiana, a transição de um período a outro provoca um desequilíbrio temporário que, posteriormente, dá lugar a uma forma superior de raciocínio. No período das operações formais há sempre os questionamentos dos adolescentes no âmbito escolar e na família. A negociação bem-sucedida desta transição requer uma adaptação considerável e apoio de adultos atenciosos.

Porém, os adolescentes envolvidos com a lei, tem em comum a ausência de proteção por parte do Estado, da família e da sociedade. A ausência de apoio familiar relacionada com o acolhimento de estranhos provoca no jovem a falsa sensação de segurança, este por sua vez busca segurança em espaços em que se sinta de igual valor (Santos; Silva; Rezende, 2024).

Os hábitos e comportamentos dos adolescentes podem determinar o nível de exposição a riscos durante essa fase e interferir também em sua saúde na vida adulta, o que reforça a importância do acompanhamento profissional de modo longitudinal (Brasil, Ministério da saúde).

Na busca pela própria identidade e o anseio de integração social, os adolescentes questionam bastante, sentem necessidade natural de fazer parte de algo e de construir algo, o ambiente neste aspecto tem forte influências para as tomadas de decisões (Shirmann, 2019).

Trata-se do ciclo dos questionamentos e instabilidades que se caracteriza pela fase de transição que vem depois da infância e antes da juventude, e que o jovem fica mais vulnerável e fácil de ser seduzido a se envolver com pessoas ou grupos mais próximos à sua faixa etária e relações sociais, em muitos casos estes grupos praticam atos infracionais. (Silveira, 2020).

### 2.3.2 Ato Infracional

O ato infracional, “é toda ação ou omissão que dependendo de suas particularidades se correlaciona a um crime ou contravenção penal” (ECA, 1990). O ECA também estabelece que adolescentes não devem ser taxados como criminosos, pois acredita-se que ainda estão em processo de aprendizagem, e por isso, não podem ser vistos como alguém que não tem mais jeito. Considera-se que esse grupo está em desenvolvimento mental, portanto não devem ser responsabilizados criminalmente pelos atos cometidos, por isso, são inimputáveis. A ação quando julgada sempre se caracteriza como infração, pois nas suas respectivas faixas biológicas não tem maturidade para responder como um adulto. Isto permite que da fase infantil até a adolescência nenhum indivíduo pode ser apontado como criminoso em potencial e que são passíveis de plena recuperação (Coelho; Rosa, 2013).

Segundo Coelho; Rosa (2013):

Os adolescentes em conflito com a lei, em sua maioria, caracterizaram-se como usuários de drogas, baixa escolarização, residência em bairros/comunidades de classe baixa, renda familiar precária, além da ausência de uma rede familiar de apoio, uma vez que a família também se encontra em situação de vulnerabilidade social (Coelho; Rosa, 2013, p. 164).

Desta forma, para a conduta infracional defende-se que o adolescente é totalmente passível de mudança de comportamento, necessitando assim de assistência multiprofissional especializada. Portanto, não cabe dentro das diretrizes que regem a legislação brasileira condenar estes indivíduos ao sistema prisional, e a reclusão é mediada a partir de medidas socioeducativas, e dentro desse contexto, eles são orientados a reconhecer suas infrações e aceitar as orientações para não se tornarem reincidentes.

As medidas socioeducativas responsabilizam os adolescentes quanto as consequências lesivas do ato infracional, incentivando a sua reparação sempre que possível, integração social desse adolescente ou jovem garantindo seus direitos individuais e desaprovando qualquer conduta infracional (Regimento Interno, 2024, p. 29). A privação da liberdade neste contexto, são aplicadas a adolescentes autores de atos infracionais de maior gravidade (Santo; Resende, 2024). Como dito

anteriormente, o adolescente ainda não tem maturidade de compreender as consequências de todas as suas decisões, visto que está ocorrendo um conhecimento gradual sobre si mesmo e sobre o meio, assim, se faz necessário dentro de todo este processo de descobertas trazer mediações que possibilitem uma visão e perspectiva real do mundo que está se abrindo aos seus olhos e de que este mundo também se constrói a partir de suas ações (Piaget, 1999).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), apresenta seis medidas socioeducativas: advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, semiliberdade e internação. De todas as medidas socioeducativas, duas restringem a liberdade do adolescente, são elas: a semiliberdade e a internação (ECA, 1990). Entregar este jovem a sociedade implica promover uma mudança de suas percepções a partir da mediação e incorporação. Para que ele de fato compreenda as mudanças que são necessárias em seu estilo de vida é preciso que sejam disponibilizadas ferramentas que lhe permita reorganizar comportamentos (Santana; Terra, 2023).

Essa mediação, segundo Vygotski (2000), traz novos modos funcionais de desenvolvimento das funções mentais e, por extensão, comportamentais. Esse rearranjo de funções mentais, estão relacionadas a funções psicológicas superiores que são características do amadurecimento de um indivíduo na fase da adolescência até a fase adulta. Por isto, a semiliberdade precisa ser atribuída de forma a contemplar novas representações comportamentais mediante a capacidade humana de operar mentalmente sobre as dinâmicas do mundo, a origem social dos sistemas simbólicos que são os espaços de onde vem estes adolescentes, a compreensão da cultura que naturalmente projeta no comportamento diferentes formas de humanização e socialização. Vygotski (2000)

Vale ressaltar que os adolescentes tem uma visão limitada do mundo ao seu redor, principalmente pela pouca maturidade característica de sua idade. Estes indivíduos segundo Piaget (1999), ainda tem o comportamento de acreditar no que lhes convém acreditar e os processos dinâmicos e dialéticos que fazem parte das relações humanas ainda não são maduros na sua psique. Privar a liberdade destes jovens também causa impactos em sua forma de ver o mundo e de entender sua relação com o meio (Santana; Terra, 2023).

### 2.3.3 Semiliberdade

A semiliberdade é uma medida socioeducativa em regime fechado de restrição de liberdade. Diferente da internação que priva a liberdade do jovem, a semiliberdade possibilita ao adolescente institucionalizado passar a semana em uma unidade socioeducativa e os finais de semana com sua família e comunidade.

Segundo o art. 120 do ECA:

A semiliberdade pode ser determinada como primeira medida ou como forma de transição para o meio aberto. A escolarização e a profissionalização são obrigatórias e devem dispor dos recursos existentes na comunidade, independente de autorização judicial". (Eca, 1990).

Nesta medida, além da obrigação de frequentar a escola e profissionalização, o adolescente deve realizar atividades cultural e de lazer, ter acesso a serviços de saúde, caso precise, e outras atividades externas. Sempre com a iminente vigilância da equipe técnica e dos agentes responsáveis pela ressocialização desses jovens. Para os socio educadores é bastante desafiador o trabalho diário dentro e fora da instituição (Vieira; Barcelos, 2023).

As equipes técnicas tem composição multidisciplinar nas áreas de Pedagogia, Serviço Social, Psicologia e Jurídica, tendo em vista as necessidades específicas do atendimento socioeducativo de acordo com as respectivas normas de referência e especificidades da modalidade de atendimento. Na Semiliberdade e na Internação, a equipe técnica de referência de cada adolescente e/ou jovem será responsável pela elaboração, acompanhamento, execução e avaliação do Plano Individual de Atendimento ao Adolescente (PIA) (Funase, ppp, 2020).

O cumprimento das medidas socioeducativas de semiliberdade e internação dependerá do Plano Individual de Atendimento (PIA), que consiste no instrumento de previsão, registro e gestão das atividades e deve ser construído com a participação efetiva do(a) adolescente/jovem e da família no prazo de até 45 dias da data do seu ingresso no programa de atendimento, de acordo com o que preconiza o Sinase (Brasil, 2012).

O PIA configura-se como um instrumento de promoção da autonomia do(a) adolescente/jovem, favorece a sua responsabilidade com cumprimento da medida e possibilita a construção e efetivação de seu projeto de vida, respeitando os seus valores, princípios e ideais. Para isso, a Equipe Técnica deverá construir junto ao(à) adolescente/jovem uma proposta que seja coerente com as suas habilidades, potencialidades e expectativas, estruturando as suas atividades dentro da unidade sócio educativa numa perspectiva edificante para sua vida, preparando-o(a) para o convívio social (Funase, ppp, 2020). A assistência social garantirá o acesso e a inclusão do adolescente e/ou jovem nos programas, bens e serviços da rede sócio assistencial com vistas à promoção do fortalecimento da cidadania, por meio da convivência familiar e comunitária, para proporcionar, dentre outros:

- I. Acompanhamento sistemático e contínuo do adolescente e/ou jovem e sua família durante o cumprimento da medida socioeducativa;
- II. Orientação, encaminhamento e acompanhamento dos procedimentos oficiais para obtenção dos documentos pessoais;
- III. Integração e acesso às assistências básicas e especializadas por meio da rede sócio assistencial; IV. Intermediação do acesso à Previdência Social e programas de transferência de renda.

Em relação a educação, segundo o Relatório Anual da Funase (2023), a matrícula e execução da educação formal, assim como, o acompanhamento da frequência escolar que ocorrem concomitantes com a área pedagógica das unidades socioeducativas por meio de ação conjunta da Funase com as secretarias municipais e estadual de educação, sendo assim desenvolvidas:

- Internação provisória: atividades ensinadas via ciclos de leitura em salas destinadas a esse fim.
- Semiliberdade: aulas desenvolvidas nas escolas das redes municipais e estadual circunvizinhas às unidades.
- Internação: fundamentadas pela Portaria Conjunta SE/SDSDH no 1/2010, Instrução Normativa SEE 1/2020 e Proposta Pedagógica dos Centros de Atendimento Socioeducativo (Cases), as aulas relativas aos ensinos Fundamental e ao Médio ocorrem nos anexos das escolas da rede estadual dos Cases (Funase, 2023).

A garantia do acesso à educação prevê a inclusão escolar formal e obrigatória do(a) adolescente ou jovem com prioridade absoluta a partir das seguintes prerrogativas:

- I. Acesso ao Ensino Fundamental e ao Ensino Médio, gratuitos, em horários alternados e compatíveis, sem distinção racial ou de gênero, de deficiências intelectuais ou físicas e com estrita observância ao disposto no PPP da Funase e nas legislações específicas;
- II. Acesso a outros níveis de ensino, de acordo com o nível escolar de cada adolescente ou jovem; entre outros.

Vale lembrar que atividades que incentivem estudos e inserção no mercado de trabalho estão continuamente disputando espaços com atividades que aparentemente são mais promissoras no contexto vivenciado por esses jovens. Estas atividades estão relacionadas aos grupos ou facções criminosas, visto que esses grupos oferecem liberdade, autonomia e poder para esses jovens a uma velocidade consideravelmente maior em relação ao que é oferecido fora deles, como por exemplo, estudar durante anos para completar o ciclo educacional exigido, trabalhar por muitas horas diariamente para receberem um salário trabalhista de acordo com a categoria escolhida, etc. (Silveira, 2020).

A assistência jurídica garantirá ao(a) adolescente ou jovem em atendimento na Funase que será assegurada assistência jurídica gratuita, nos termos do ECA e da Lei do Sinase. Ainda serão asseguradas ao(à) adolescente ou jovem em atendimento na Funase e sua família, informações sobre a situação processual através dos advogados e advogadas lotados(às) nas unidades socioeducativas. A assistência à saúde consiste na promoção e na atenção integral à saúde do(a) adolescente ou jovem, por meio de ações educativas, preventivas, curativas e terapêuticas, de forma articulada e integrada com o Sistema Único de Saúde - SUS, nas instâncias municipal, estadual e federal, bem como através de parcerias com entidades afins, especialmente para garantir ao(à) adolescente ou jovem dentre outros:

1. Acompanhamento do desenvolvimento físico e psicossocial;
2. Acompanhamento terapêutico, psicológico e psiquiátrico;
3. Atenção à saúde sexual e reprodutiva; IV. Participação no Programa Nacional de Imunização;
4. Prevenção ao uso de álcool e outras drogas;

5. Testagem rápida para ISTs e tratamento quando necessário. (Funase, PPP, 2020)

Os Programas de Semiliberdade são desenvolvidos nas Casas de Semiliberdade (Casem), instaladas em bairros comunitários, com capacidade máxima para acolher 20 adolescentes/jovens. O sistema de atendimento é aplicado através de uma triagem que contempla perfil do indivíduo, idade, e históricos de reclusões anteriores.

Revertem-se em benefícios para estes adolescentes, a possibilidade da realização de estágios profissionalizantes dentro da sede da própria instituição, ou no Parque Profissionalizante Professor Paulo Freire (PPPPF), centro profissionalizante da Funase que oferece diversos cursos, como informática, design gráfico, fotografia, montagem de computador entre outros. A participação nos programas de parcerias, ao exemplo do programa realizado pelo Parque Profissionalizante da Funase e a Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, que promoveu o curso de “Modelagem 3D e Manufatura aditiva (Impressão 3D)”. (Funase.pe.gov.br ver em: notícia data 22/10/2024). Dentre as parcerias no eixo Educação/Profissionalização, destacamos a UPE, o SENAC, Fundação Terra, Grau Técnico, UNICAP e FIC- CET. Nas parcerias do eixo Cultura destacam-se o Museu do Estado, de Pernambuco, Arena Pernambuco, Cais do Sertão, Espaço Ciências, FUNDARPE, entre outros. (Funase; Programa de Integridade, 2025). Destacando-se também a convivência familiar que é beneficiada, uma vez que é fortalecida nessa medida, pois quando os jovens entram no sistema, essa relação fica estremecida por muito tempo. Outro fato é a atualização da documentação pessoal, salientamos, que muitas vezes esses jovens chegam na unidade apenas com a Certidão de Nascimento. Atualizar a documentação possibilita aos jovens passar a ter uma visibilidade social significativa. A finalidade é viabilizar que o jovem passe a ter mais aceitação, visibilidade e responsabilidades com seus atos dentro e fora da unidade socioeducativa, contribuindo para uma boa reconstrução pessoal, dentro da comunidade e da família pós instituição.

Nesse sentido, a aplicação das medidas socioeducativas, devem ter caráter pedagógico e promover o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. (SINASE, 2006, p. 46). Em relação aos contratos de responsabilidade, assim que o jovem dá entrada na unidade socioeducativa alguns documentos precisam ser assinados, como: termos de compromisso e de responsabilidade, tanto o jovem quanto seus responsáveis assinam, garantindo assim que todos sejam

responsabilizados quanto ao cumprimento efetivo da medida socioeducativa. O objetivo da medida é possibilitar a inclusão social de todos os jovens considerados autores e/ou envolvidos em ato infracional com restrição de liberdade e, principalmente, o pleno desenvolvimento como pessoa. (Funase, PPP, 2020, p. 17)

### 3 METODOLOGIA

Nesta pesquisa optamos pela abordagem qualitativa, na qual o que realmente importa é o ser humano como agente. Desse modo, como afirma Minayo (2009), a abordagem qualitativa,

Trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes. Minayo (2009, p. 21)

Nesse contexto, esta pesquisa se delineia como um estudo de caso, que é um método utilizado quando se quer investigar com profundidade um “objeto” de pesquisa, que pode ser indivíduos, grupos, organizações, nações, eventos, políticas públicas, movimentos sociais, partidos políticos, processos, relações sociais etc. Cada objeto de pesquisa exemplificado acima é considerado como uma unidade de estudo; é possível o estudo de um único caso ou de múltiplos casos (Brasil, 2023). Segundo Yin (2001),

um estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos. Yin (2001, p. 32)

Assim, este estudo se desenvolveu em uma unidade de semiliberdade localizada na cidade de Recife-PE, tendo como técnicas de coleta de dados a análise documental, aplicação de questionários e mapas mentais.

A análise documental foi feita em documentos normativos e institucionais como ECA, SINASE, e da própria instituição, destacando-se regimentos internos, relatórios e histórico da unidade. A pesquisa bibliográfica é indispensável para qualquer aprofundamento teórico, com ela é possível uma aproximação do universo do objeto investigado. A busca foi realizada em artigos e teses de dissertações através do banco de dados da SCIELO, produções selecionadas no Site Google Acadêmico, do banco de dados do Catálogo de Teses e Dissertações da Capes e da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações BDTD.

O questionário foi confeccionado pela plataforma *Google Forms*, contendo 21 (vinte e uma) questões fechadas e abertas (apêndice A) sobre o perfil sociodemográfico dos participantes; sentimentos e percepções sobre a unidade socioeducativa; vivências e significados da unidade; e ressocialização e projetos de vida. Para Gil (2008),

Pode-se definir questionário como a técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado etc. (Gil, 2008, p. 121).

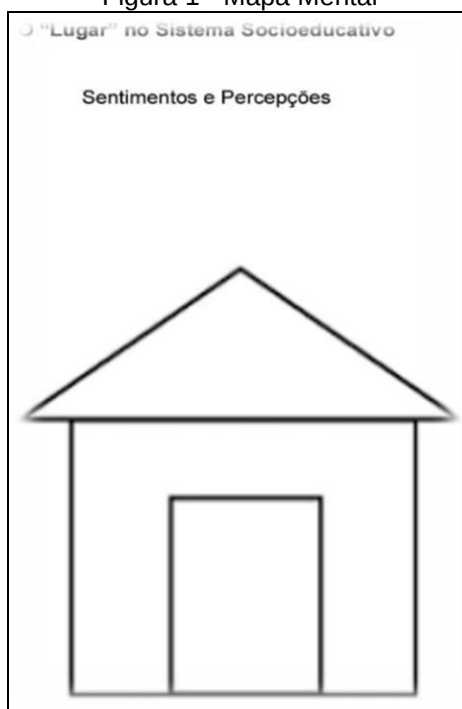
A opção pela técnica do questionário se deu por proporcionar uma melhor rapidez e precisão na captação e entendimento das perspectivas dos participantes.

O questionário foi aplicado presencialmente e individualmente com 17 (dezessete) participantes de forma anônima e voluntária, dessa forma garantiu-se um número razoável de participantes, dos sujeitos respondentes, 9 (nove) se disponibilizaram a participar da atividade do mapa mental. As questões exploraram suas percepções, memórias e sentimentos, em relação à unidade socioeducativa. Os participantes foram jovens com idades entre 16 anos e 9 meses e 18 anos, selecionados por conveniência e disponibilidade. Em relação ao tempo na semiliberdade, 88% (oitenta e oito por cento) dos adolescentes estão a menos de 6 meses na unidade, e 12% (doze por cento) entre 6 meses e 1 ano.

Na produção dos mapas mentais, foi proposto que os jovens participantes da pesquisa desenhasssem ou representassem graficamente suas percepções do lugar de cumprimento das medidas socioeducativas e as interações nele ocorridas. É importante salientar que descartamos qualquer informação sobre o ato infracional cometido pelos jovens.

O mapa mental, que consistiu em uma folha de papel A4 conforme apresentado na figura 1, contendo um desenho de uma casa no centro, sendo a casa a representação da unidade socioeducativa Casem Harmonia, onde os sujeitos envolvidos no grupo de investigação deveriam pintar com suas cores preferidas e desenhar símbolos, considerados positivos ou negativos, a depender dos sentimentos nutridos pelos adolescentes sobre a unidade em questão.

Figura 1 - Mapa Mental

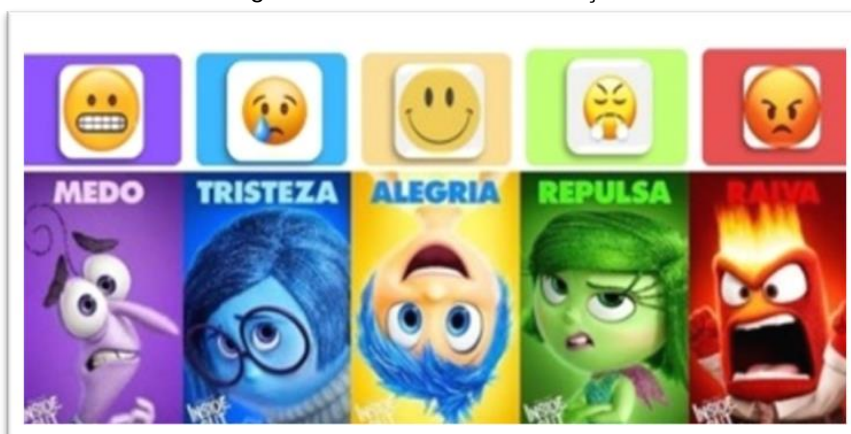


Fonte: elaborado pela autora com auxílio do Google imagem

Para facilitar na compreensão e desenvolvimento da atividade, foram disponibilizados em imagens alguns sentimentos destacados nas figuras 2 e 3, baseadas nos sentimentos do filme *Divertidamente 2*, que aborda a adolescência e traz a complexidade que o adolescente enfrenta ao lidar com vários sentimentos e mudanças físicas ao mesmo tempo.

O filme, traz uma Riley agora adolescente que se vê diante de mudanças súbitas na mente e no corpo. Além de suas emoções nativas na chamada "sala de controle", ela lida agora com quatro novos sentimentos: *Ansiedade*, *Inveja*, *Vergonha* e *Tédio*, que confundem a ordem das coisas e embarcam, acompanhados do público, em uma aventura empática com ritmo acelerado. A ideia é consistente; quanto mais os anos avançam, mais são necessárias emoções sofisticadas. E a adolescência, em seu cerne, está entre um dos momentos da vida mais confusos. Optamos também, por inserir *emojis* na atividade. Os *emojis* são representações gráficas usados para transmitir uma ideia, uma emoção ou um sentimento. Muito utilizadas nas mensagens eletrônicas e páginas da web. Acreditamos que a utilização dos *emojis* além de trazer descontração para a atividade proposta, facilitou na compreensão dos sentimentos.

Figura 2 – Sentimentos e emoções



Fonte: elaborado pela autora com auxílio do Google imagem

Figura 3 – Sentimentos e emoções 2



Fonte: elaborado pela autora com auxílio do Google imagem

Sendo assim, para a aplicação do questionário e da atividade do mapa mental, foi realizado inicialmente um primeiro contato com a unidade socioeducativa Casem Harmonia, onde a pesquisadora foi recebida pela gestora da unidade e apresentou o objetivo da pesquisa. O diálogo se deu no sentido de tomar algumas orientações sobre a melhor forma de proceder para iniciar o processo de aplicar o questionário com os jovens.

Após a realização das orientações recebidas, e receber o retorno positivo<sup>1</sup> da instituição para aplicar as atividades propostas, realizamos um segundo contato com

<sup>1</sup> Por motivos burocráticos, o retorno positivo levou um tempo considerável, pois esse tipo de pesquisa precisa passar pelo conselho de ética da instituição.

a unidade para marcar o dia da visita. A abordagem foi realizada como previsto, sendo aplicado o questionário com cada participante de forma individual e voluntária, logo depois de esclarecimentos sobre o projeto. Ao término do questionário, os jovens foram direcionados para realizar a atividade do mapa mental.

Os dados foram analisados pelo método da análise descritiva dos dados, que utiliza métodos de Estatística Descritiva para organizar, resumir e descrever os aspectos importantes de um conjunto de características observadas ou compara tais características entre dois ou mais conjuntos. As ferramentas descritivas são: gráficos, tabelas e também medidas de síntese como porcentagens, índices e médias. Reis (2002).

Na descrição dos dados do mapa mental, realizamos um levantamento das variáveis simbólicas medidas nas representações de cada indivíduo da amostra, sendo elas: siglas, frases, códigos, emojis, palavras e símbolos. Para isso, foi organizado um quadro representativo para sintetizar os resultados. A soma das frequências apresentadas, corresponderam aos resultados em quantidade e percentual. (Reis, 2002)

Minayo (2009) afirma que do ponto de vista operacional, esta etapa consiste na ordenação dos dados, na sua classificação e na análise propriamente dita. Neste intuito pretende-se comparar os objetivos estabelecidos com os resultados, sempre a partir de instrumentos devidamente escolhidos para validar o processo.

## 4 SISTEMA SOCIOEDUCATIVO NO BRASIL E EM PERNAMBUCO

### 4.1 Documentos Fundamentais

Para construção da nossa análise consultamos a Constituição Federal (1988), que em seu artigo 227 amplia para crianças e adolescentes o direito de cidadania garantido apenas aos adultos, instaurando-se na legislação brasileira, a noção desses como sujeitos de direitos e garante absoluta prioridade ao grupo.

De acordo com a Constituição Federal de 1988,

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (Brasil, 1988, Constituição da República Federativa)

O ECA (1990), que é o principal instrumento normativo do Brasil sobre os direitos da criança e do adolescente, apresenta a doutrina de proteção integral as crianças e adolescentes e rompe de vez com a doutrina de situação irregular. Segundo o ECA,

Esta Lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente. Os direitos enunciados nesta Lei aplicam-se a todas as crianças e adolescentes, sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem. (ECA, 1990)

O SINASE (2006), Sistema Nacional do Atendimento Socioeducativo, é uma política pública destinada à promoção, proteção e defesa dos direitos humanos dos adolescentes e jovens em conflito com a lei. Algumas das relações mantidas no interior de seu sistema de garantia de direitos são: Sistema de Justiça e Segurança Pública, Sistema Educacional, Sistema Único de Saúde (SUS) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). (Brasil, 2006, p.23).

O CONANDA (1991), Conselho Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente, é o um instrumento federal que elabora as diretrizes da política de atendimento da criança e do adolescente, e também atua como órgão fiscalizador em nível estadual. O CEDCA (1990), Conselho Estadual dos Direitos da Criança e Adolescente, é um órgão vinculado ao gabinete da governadora e tem a missão de formular a política de atendimento à criança e ao adolescente, coordenar, controlar e fiscalizar a sua execução. cabe aos municípios a disponibilização e manutenção dos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e dos Conselhos Tutelares.

O Plano Estadual Decenal de Atendimento Socioeducativo do Estado de Pernambuco (2015-2024), estrutura e efetiva condições essenciais para o atendimento ao adolescente em conflito com a lei de forma digna e inclusiva objetivando a garantia de seus direitos humanos através de eixos estratégicos.

Além de documentos internos como o Regimento Interno da instituição, o Relatório Anual da Funase de 2023, o Projeto Político Pedagógico entre outros.

Como vimos anteriormente, o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) regulamenta as medidas socioeducativas, buscando promover a reintegração dos jovens à sociedade (Costa; Cunha, 2020). Contudo, a vivência dos jovens nesses espaços muitas vezes reflete dinâmicas de exclusão social, que afetam sua relação com o lugar e com suas próprias identidades.

Segundo o Plano Estadual Decenal de Atendimento Socioeducativo do Estado de Pernambuco (PEDAS), desde o surgimento do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) em 1990, observam-se os esforços do Estado no sentido de avançar no reordenamento institucional, levando em conta o princípio da incompletude institucional, através do fortalecimento da municipalização do atendimento em Meio Aberto, das instituições de atendimento, rede de serviços e do sistema de garantia de direitos, para que a socioeducação do adolescente em conflito com a lei seja feita (Pedas, 2015-2024).

## 4.2 História da socioeducação

O termo Socioeducação surge juntamente com o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), porém não se encontra no documento uma definição teórica sobre a concepção do termo, apenas sua forma adjetiva, em expressões como “medida socioeducativa” e “programa socioeducativo”. O autor do termo foi Antônio Carlos Gomes da Costa que na época da formulação do documento (ECA), retira o termo “socioeducação” do poema de Makarenko.

O “poema pedagógico” é um relato da vasta experiência de Anton Makarenko na colônia Gorki:

A colônia foi uma instituição pedagógica encarregada de transformar menores infratores e menores abandonados em trabalhadores e cidadãos exemplares da nova sociedade “revolucionária” da União Soviética no século passado. (Bisinoto et al, 2015, p. 580).

Mas afinal, o que é a Socioeducação? O termo vem sendo discutido por vários autores, pois traz uma fragilidade em seu conceito devido à amplitude de ações articuladas necessárias à sua execução e eficiência. Partindo da concepção de educação social:

A socioeducação, portanto, situa-se nesse vasto campo da educação social, apoiando-se na concepção de uma educação fortemente social, pautada na afirmação e efetivação dos direitos humanos, com compromisso com a emancipação e autonomia de cada sujeito em sua relação com a sociedade. A socioeducação se orienta por valores de justiça, igualdade, fraternidade, entre outros, tendo como objetivo principal o desenvolvimento de variadas competências que possibilitem que as pessoas rompam e superem as condições de violência, de pobreza e de marginalidade que caracterizam sua exclusão social (Bisinoto, 2015, p. 582).

Existe uma trajetória Sócio Histórica de atenção à Crianças e Adolescentes no Brasil que se configura com as seguintes legislações:

- A primeira legislação brasileira sobre direitos da criança foi a Lei do Ventre Livre, em 1871, que considerava livres os filhos de mulheres escravizadas, estabelecendo o tratamento que deveria ser destinado a essas crianças. A liberdade do recém-nascido permanecia condicionada ao Senhor até os 8 anos de idade. O Senhor tinha direito de usufruir do trabalho das crianças e adolescentes até 21 anos ou entregá-los ao Estado, recebendo uma indenização pela “doação”. Ou seja, “livres”, mas mantidos sob a custódia

do senhor ou do Estado até a sua maior idade. Antes disso o que podemos apontar é o Código criminal do Império do Brasil que estabeleceu a “responsabilidade” penal para adolescentes a partir de 14 anos em 1830.

- Em 1921 surge o termo “delinquente”. A Lei nº 4.242, de 5 de janeiro de 1921, autorizava o governo a organizar o serviço de assistência e proteção à infância abandonada e delinquente. Apenas em 1927 surge o Primeiro Código de Menores com o Decreto nº 17.943-A, de 12 de outubro de 1927, que consolida as leis de assistência e proteção a menores. Em 1944, o Decreto Lei nº 6.865 nacionaliza o Serviço de Assistência a Menores (SAM).
- Em 1964, a Lei nº 4.513 institucionaliza a Política Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBEM), cria a Fundação Nacional do Bem -Estar do Menor (FNBEM), que ficou designada de promover a internação de crianças e adolescentes sob a justificativa de promover sua educação. A partir de 1970 a FNBEM passa a chamar-se FUNABEM.
- Em 1979, criou-se o Novo Código de Menores, através da Lei nº 6.697, que adotava a doutrina de proteção do “menor em situação irregular”.
- A Constituição Federal da República Federativa do Brasil, de 1988, representou um novo marco jurídico para a população brasileira através da proposta de modelo institucional redistributivo em direções mais universalistas e igualitárias de organizações da proteção social.
- Na busca de atender o que o artigo 227 da Constituição estabelece, em 1990 surge o ECA, Lei nº 8.069: Estatuto da Criança e do Adolescente, rompendo de vez com a doutrina do “menor em situação irregular” e estabelece como diretriz básica e única no atendimento de crianças e adolescentes a ‘doutrina da proteção integral’. No mesmo ano surgem o Sistema Único de Saúde (SUS) e o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) em 1991, através da Lei nº 8.242. Em 1993 a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e em 1995 a Lei nº 8.978: Criação de creches e estabelecimentos de pré-escola.
- Em 1996 a promulgou-se a Lei nº 9.394, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB), e em 2000 a Lei nº 10.097, Políticas públicas de inclusão, qualificação e aprendizagem profissional, além do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto Juvenil (PLANEVCA). (PLANEVCA, 2022)

Nesse contexto, percebe-se que no Brasil temos uma longa história de marcos legais em busca de promover a proteção integral de crianças e adolescentes, passando por diversas transformações (PLANEVCA, 2022, P. 57). No plano normativo a criança e, o adolescente passaram de objetos a sujeitos, mas não precisou de muitos anos pós-promulgação da nossa constituição, para percebermos que numa sociedade complexa e desigual há bastantes desafios a serem percorridos para a efetivação dos direitos conquistados na esfera jurídica.

O que vivemos atualmente no Brasil é o reflexo de um país que consolidou e se estruturou através da normalização da discriminação, violência e preconceito com os grupos marginalizados desse país. Apesar de já ter passado mais de 136 anos do fim

da escravidão, ainda podemos sentir os agressivos efeitos desse período perverso e cruel (Santos; Silva. 2017). Nesse contexto Santos, M (1978) afirma que, “O espaço é um verdadeiro campo de forças cuja formação é desigual. Eis a razão pela qual a evolução espacial não se apresenta de igual forma em todos os lugares”. (Santos, 1978, p.122).

Ainda segundo Santos,

O espaço social corresponde ao espaço humano, lugar de vida e trabalho: morada do homem, sem definições fixas. O espaço geográfico é organizado pelo homem vivendo em sociedade e, cada sociedade, historicamente, produz seu espaço como lugar de sua própria reprodução. (Santos, 1978, P.8)

Nota-se que é muito difícil superar as marcas das desigualdades no Brasil, pois temos uma sociedade muito complexa e desigual. Onde as desproporções permanecem desde os tempos da colônia até os dias atuais. Segundo Silva; Santos, “No tempo de vigência do Código de Menores, a grande maioria da população infanto-juvenil recolhidas às entidades de internação do Sistema FEBEM no Brasil, eram formadas por crianças e adolescentes “menores” que não eram autores de fatos definidos como crimes na legislação brasileira. Estava consagrado um sistema de controle de pobreza” (Silva; Santos, 2017, p. 96). Fica claro como o Estado funciona de modo a criar novas engrenagens para controlar seus indivíduos “socialmente indesejáveis”. Concordante ao que Freire (1987) aponta,

O que interessa ao opressor é enfraquecer os oprimidos mais do que já estão, ilhando-os, criando e aprofundando cisões entre eles, através de uma gama variada de métodos e processos. Desde os métodos repressivos da burocracia estatal, à sua disposição, até a forma de ação cultural por meio da qual manejam as massas populares, dando-lhes a impressão de que as ajudam. (Freire, 1987, p.80)

Marcadores segundo Gonzalez (1982), que denotam a herança cultural colonizadora, que determinaram posições de poder a partir das relações entre colonizador e colonizado. Tais determinações ganharam novas roupagens após o período escravista e colonial, mas deixaram rastros e condutas expressivas de segregação, onde o indivíduo continua sendo destinado desde o seu nascimento a lugares de moradia, acesso a serviços básicos de saúde, instrução escolar e ascensão restrita ao mercado de trabalho.

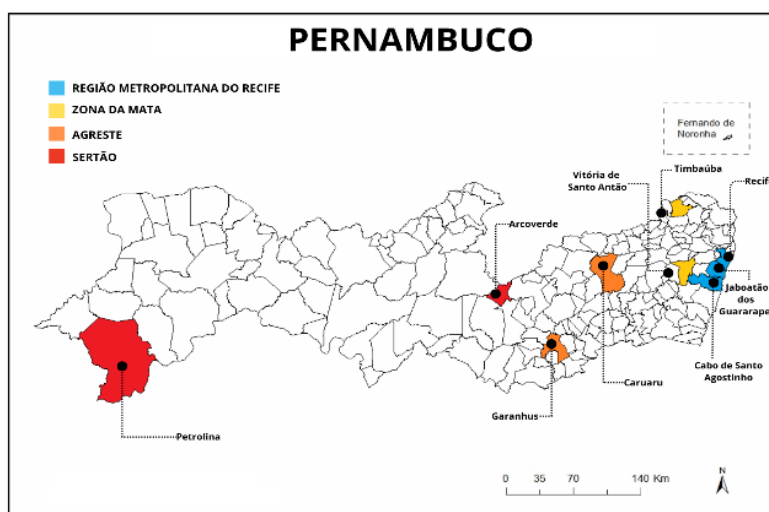
Os indivíduos definidos como “vadios” e posteriormente como “delinquentes” e “menor” continuam compondo o imaginário urbano desse país, juntamente com a

coerção policial que funciona como um dispositivo de promoção da segregação social brasileira. Esse tipo de política se internacionalizou no século XX, com o discurso do controle do comércio e de consumo de substâncias perigosas (Serra, 2020). Não é nosso propósito aqui aprofundar sobre os discursos proibicionistas no Brasil, mas é importante trazer à tona os dispositivos militarizados de controle punitivo que potencializa em larga escala a letalidade do Estado.

### 4.3 Fundação de Atendimento Socioeducativo (FUNASE)

A Fundação de Atendimento Socioeducativo do Estado de Pernambuco (FUNASE/PE), é a instituição pública responsável pela execução da Medida Socioeducativa (MSE), está vinculada à Secretaria da Criança e Juventude (SCJ) no Estado de Pernambuco, sendo a única entidade de atendimento do estado. Realiza o atendimento inicial de adolescentes a quem se atribui a prática de ato infracional, a Internação Provisória, Semiliberdade e Internação. Atua de forma regionalizada nas regiões de Desenvolvimento Metropolitano, Agreste Meridional, Agreste Central, Sertão do Moxotó, Sertão do São Francisco, Mata Norte e Mata Sul; são 21 unidades descentralizadas, assim distribuídas:

Figura 4 – Distribuição das unidades da Funase em Pernambuco



Fonte: [Funase.com.br/unidadessocioeducativas/](http://Funase.com.br/unidadessocioeducativas/) acesso em: 15/4/2025

**TOTAL DE UNIDADES: 21****Uniai:** Unidade de Atendimento Inicial**Case:** Centro de Atendimento Socioeducativo**Cenip:** Centro de Internação Provisória**Casem:** Casa de Semiliberdade

O público atendido pela Funase são adolescentes/jovens do sexo masculino e feminino de 12 a 18 anos de idade e excepcionalmente até 21 anos de idade incompletos, envolvidos e/ou autores de ato infracional com privação ou restrição de liberdade no Estado de Pernambuco. Conforme o art. 2º do Estatuto da Criança e do Adolescente:

Considera-se criança, para os efeitos desta lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade. Parágrafo Único. Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade (Brasil, 1990).

Sendo assim, a Funase está pautada no ECA, conforme disposto no art. 104, parágrafo único, quando inclui excepcionalmente no seu âmbito de atuação adolescentes/jovens compreendidos na faixa etária de 18 a 21 anos de idade, considerando a sua inimputabilidade à data do ato infracional (Funase, 2020, p. 11).

#### *4.3.1 Modalidades de Atendimento*

**Atendimento Inicial:** O atendimento inicial indica o período posterior ao flagrante infracional, dependendo do caso, quando não há liberação imediata deve-se esperar uma representação do Ministério Público nas primeiras 24 horas, como determina o artigo 88, V, do ECA. Esse atendimento é realizado pela Unidade de Atendimento Inicial (UNIAI) e dependendo do ato infracional confirmado o adolescente ou jovem pode permanecer recluso em um período não maior que 05 (cinco) dias. Este intervalo de tempo é pontuado como suficiente para que sejam realizados cuidados básicos e para possibilitar a confecção de relatórios por parte do Ministério Público e do Poder Judiciário. Neste intervalo de tempo o adolescente ou

jovem tem o direito de ser informado sobre sua situação e respectivos direitos, como determina o o art. 106 do ECA.

**Internação provisória:** Está fundamentada no artigo 108 do ECA. Essa configura-se como uma medida imposta judicialmente quando há indícios que corroborem o ato infracional. Segue protocolos que contemplam o perfil etário, sexo e relações familiares. O período máximo para esta medida é de no máximo 45 dias, Neste intervalo de tempo as unidades precisam ofertar atividades sociopedagógicas e ocupacionais, bem como otimizar o contato com redes socioassistenciais.

**Internação:** Prevista no artigo 121 do ECA, não estabelece prazo determinado, não podendo ultrapassar 3 anos ou que exceda a idade de 21 anos, devendo ser reavaliada, no máximo, a cada seis meses. A medida de internação é desenvolvida nos Centros de Atendimento Socioeducativo (CASE), garantindo acolhimento, proteção, socialização e continuidade de estímulos nas fases de desenvolvimento humano.

**Semiliberdade:** De acordo com o artigo 120 do ECA, pode ser determinada como conquista e transição para o meio social. Nesta medida determina-se a promoção da escolarização e a profissionalização, independente de determinações ou autorizações judiciais.

Os Programas de Semiliberdade são desenvolvidos nas Casem (Casas de Semiliberdade), residências localizadas em bairros comunitários com capacidade máxima para 20 adolescentes/jovens. O atendimento dessas Unidades é organizado de acordo com o perfil etário e o histórico do cumprimento da medida dos(as) adolescentes/jovens (Funase, 2020, p. 12-13).

Os parâmetros da ação socioeducativa adotados pela Funase são pautados pelo que determina o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA):

- 1) Suporte Institucional e Pedagógico;
- 2) Diversidade Étnico-Racial, de Gênero e Afetivossexual;
- 3) Educação;

- 4) Esporte, Cultura e Lazer;
- 5) Saúde;
- 6) Abordagem Familiar e Comunitária;
- 7) Profissionalização, Trabalho e Previdência;
- 8) Segurança

Segundo o Projeto Político Pedagógico da Funase do ano de 2020, para embasar a elaboração dos métodos e técnicas do atendimento socioeducativo, serão consideradas as formulações do professor Antônio Carlos Gomes da Costa, que sugere como ferramenta teórico-prático a educação para valores (dimensão como pessoa); o protagonismo juvenil (dimensão como cidadão); e a cultura da trabalhabilidade (dimensão como futuro profissional). Assim, a educação para valores propicia a formação de adolescentes/jovens autônomos(as), pois tornam-se capazes de apoiar-se em seus próprios valores, crenças e princípios para avaliar e efetivar decisões em suas vidas. Na mesma perspectiva, há um incremento no empoderamento social para enfrentar os desafios políticos e econômicos na contemporaneidade. Logo, a socioeducação com objetivo de preparar adolescentes/jovens para o convívio social torna-se um ideal possível (Silveira, 2020).

A concepção técnico-política do processo sócio pedagógico também está fundamentada no princípio do protagonismo juvenil (Dimensão Cidadã), enquanto conceito viabilizador da participação crítico construtiva do adolescente/jovem para o desenvolvimento de suas competências pessoais, sociais, produtivas e cognitivas, configuradas pelo conjunto de aprendizagem que o capacita a interagir e a se incluir na dinâmica social, enquanto ser autônomo, solidário e competente.

O Protagonismo Juvenil amplia e qualifica os mecanismos de participação do adolescente/jovem na ação social e educativa. A dimensão como futuro profissional considera que a cultura da trabalhabilidade possibilita ao(às) adolescentes/jovens a incorporação da compreensão, do sentimento e da ação sobre o novo mundo do trabalho, considerando o crescente de novas tecnologias e a globalização, na perspectiva da inserção, permanência e ascensão na área profissional (Brasil, 2006). Assim, o Regimento Interno da Funase, busca dentro dos parâmetros normativos, de forma que garanta a proteção integral e os direitos dos(as) adolescente (s) ou jovens, por meio de ações articuladas com outras instituições públicas e a sociedade civil

organizada, realizar sua função da melhor forma possível. Instituições como Sistema Único de Saúde (SUS), Secretaria de Educação de Pernambuco, Municipal e Estadual.

Vale ressaltar que o Ministério da Educação (MEC) oferece alguns programas interessantes com o objetivo de alcançar as metas do Plano Nacional da Educação (PNE), Lei nº 13.005/2014. O Programa Escola em Tempo Integral, lançado em 2023, fomenta a criação de matrículas em tempo integral (igual ou superior a 7h diárias ou 35h semanais) em todas as etapas e modalidades da educação básica. A medida proporciona a ampliação da jornada de tempo na perspectiva da educação integral e a priorização das escolas que atendem estudantes em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica. Lembramos que esses jovens apresentam um histórico de baixa escolarização antes mesmo de ingressarem no sistema socioeducativo. Não se trata de pensar a escola como única solução, mas entendemos que este programa é um caminho que se antecipa e mantém um olhar cuidadoso para os nossos jovens vulneráveis, pois possibilita que consigam ficar mais tempo dentro das escolas do que fora delas, evitando assim a ociosidade e possíveis envolvimento com atividades duvidosas.

O Pé-de-meia é outro programa lançado em 2023, além de promover a permanência e conclusão escolar de estudantes matriculados no ensino médio público, é um incentivo financeiro-educacional que possibilita que os jovens recebam um valor de duzentos reais (R\$ 200,00) mensais que podem ser sacados em qualquer momento. Após a conclusão escolar esses jovens tem a possibilidade de realizar o Enem e participar de outros programas ofertados pelo MEC, como SISU, PROUNI, FIEIS que são programas de incentivos que dão acesso à educação superior. Esses e outros programas do Governo Federal como o bolsa família, vale gás entre outros, são programas que estimulam a emancipação de famílias e possibilitam a autonomia e superem situações de vulnerabilidade social. (MEC, acesso em: 05/04/2025)

É importante destacar que políticas públicas e programas sociais que caminham para a diminuição das desigualdades e renda no país, são conquistas que passamos a experienciar com força a partir do primeiro governo de Luiz Inácio da Silva. Entre 2004 e 2010 houve um crescimento robusto economicamente no Brasil, refletindo em uma série de indicadores macroeconômico e sociais. Emergindo

programas importantes como o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Com o propósito de fomentar a formação profissional de trabalhadores no país, priorizando uma parcela específica da população, estudante do ensino médio da rede pública, trabalhadores e beneficiários dos programas federais de transferência de renda. (Santos, V. 2024, p. 19)

#### **4.4 A CASEM Harmonia**

As Casem's constituem-se em casas localizadas em bairros residenciais com capacidade de atendimento para até 20 adolescentes e/ou jovens por até três anos, com avaliações periódicas realizadas pela autoridade judicial, no máximo, a cada seis meses, com base em relatórios técnicos de acompanhamento. A CASEM Harmonia, casa de semiliberdade de referência, é uma unidade da FUNASE com capacidade para 20 adolescentes. Seu público alvo são jovens do sexo masculino na faixa etária entre 16 anos e 9 meses a 21 anos incompletos. Está localizada na Cidade de Recife - Pernambuco. Nesse sentido a Casem Harmonia está configurada como fisionomia do lugar, como nos apresenta Ralph (2014), que em seu sentido mais óbvio pode ser uma colina, um vale, uma construção, rua etc. Fica localizada em um bairro residencial, seu entorno é composto por prédios residenciais, casas, comércios, praças, escolas etc. (Funase.pe.gov/unidades-socioeducativas).

## 5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DE DADOS

O objetivo primordial da análise de dados é compreender criticamente o sentido do que fora indagado, tendo significações explícitas ou subentendidas. Dessa forma o momento da análise dos dados foi trabalhado num contexto interpretativo, a partir das diretrizes fixadas pelas hipóteses da relação que estas mantiveram no contexto teórico proposto. (Pádua, 2004, *apud*. Souza; Santos, 2020)

### 5.1 Perfil sociodemográfico dos adolescentes

A população da Casem Harmonia no dia 19/02/2025 de acordo com o quantitativo populacional diário, anexo A, estava com sua capacidade máxima e composta por jovens na faixa etária entre 16 e 18 anos de idade, como mostra o gráfico 3. Entre os entrevistados 47% (quarenta e sete por cento) tem 18 anos, 47% (quarenta e sete por cento) tem 17 anos e 6% (seis por cento) tem 16 anos. Quanto a escolaridade, houve surpresa em perceber que dos 17 (dezessete) jovens, 10 (dez) estão no ensino médio e 7 (sete) estão no ensino fundamental. A surpresa se deu diante da mudança no percentual de jovens frequentando o ensino médio, pois esse cenário por muito tempo se apresentou inversamente. Possivelmente o resultado está relacionado não apenas aos incentivos educacionais realizados nas unidades socioeducativas da Funase, o que sempre aconteceu, mas, certamente ao programa Pé-de-Meia, que é um incentivo financeiro-educacional do Governo Federal, lançado em 2023 na modalidade de poupança destinado a promover a permanência e a conclusão escolar de estudantes matriculados no ensino médio público. (MEC/pé-de-meia)

Ao entrarem no sistema os jovens ficam cientes que tanto a frequência escolar quanto a realização das atividades propostas, são importantes na hora de sua avaliação por parte da Equipe Técnica que se comunica com o judiciário através de relatórios. Comportamentos positivos em relação a aceitação das normas e atividades, contribuem na redução do tempo das medidas. Em relação a cor/raça, o resultado confirma o que o relatório anual da Funase de 2023 aponta, a maioria se declara pardo. Entre os participantes da pesquisa, 10 (dez) jovens se declararam pardos, 6 (seis) se declararam pretos e 1 (um) se declarou branco.

Gráfico 3 - Perfil Sociodemográfico



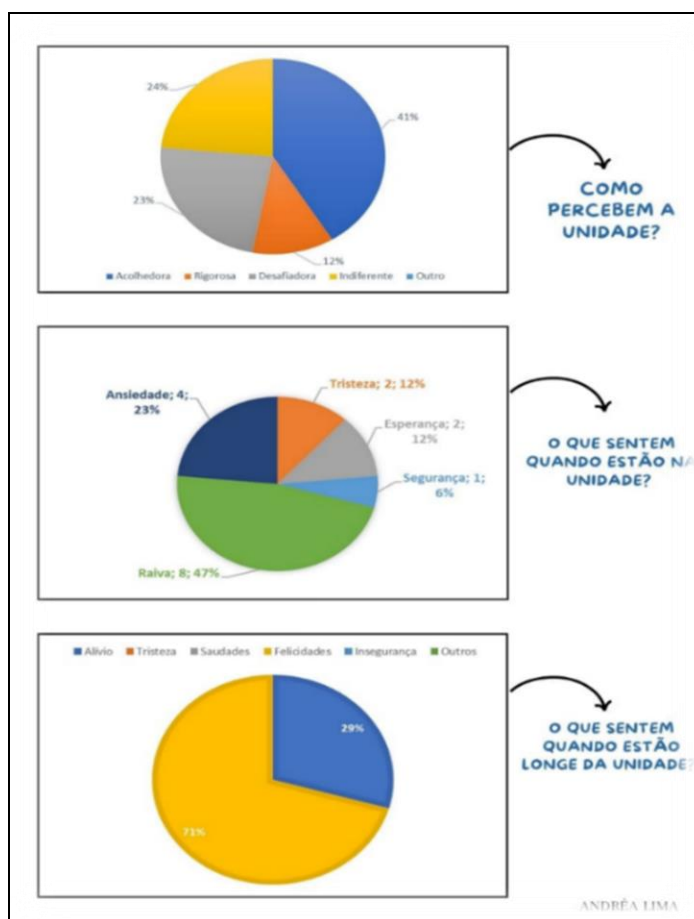
Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Em relação a religião apenas 1(um) adolescente se declarou católico os demais, 16 (dezesesseis) afirmaram não ter religião. Alguns já são pais, 5 (cinco) jovens têm 1 (um) filho, 1(um) jovem tem 2 (dois) filhos e 11 (onze) jovens não tem filhos. Todos afirmaram que moravam com a família antes de entrarem no sistema socioeducativo e atualmente 7 (sete) moram com os pais, 5 (cinco) jovens apenas com a mãe e 5 (cinco) deram respostas diversas como sogra, tio, e outros parentes. São jovem oriundos da Cidade de Recife 7 (sete) jovens, de outros municípios do Estado de Pernambuco 6 (seis) jovens, de Olinda 1 (um) jovem. De outro município da região 1 (um) adolescente e de Jaboatão dos Guararapes 2 (dois) jovens.

## 5.2 Vivências emocionais e significados do lugar para jovens em medida socioeducativa

Esses dados mostram como os jovens percebem e atribuem significados à unidade, respondendo diretamente ao primeiro objetivo específico da pesquisa. Os resultados confirmam que as atividades diárias trazem benefícios para a vida fora da unidade, 95% (noventa e cinco por cento) afirmaram isso. Porém, quando estão longe da unidade sentem **felicidade** 71% (setenta e um por cento) e **alívio** 29% (vinte e nove por cento). Como apresentados no gráfico 4.

Gráfico 4- Sentimentos e percepções sobre a unidade socioeducativa



Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Ainda sobre seus sentimentos e percepções, dentre os participantes da pesquisa, 41% (quarenta e um por cento) dos reeducandos enxergam a unidade socioeducativa como **acolhedora**, 24% (vinte e quatro por cento) indiferente, 23%

(vinte e três por cento) **desafiadora** e 12% (doze por cento) percebem como rigorosa. Quando estão dentro da unidade socioeducativa o sentimento de **raiva** predominou com 47% (quarenta e sete por cento) das respostas, seguido pela **ansiedade** 23% (vinte e três por cento) a da **tristeza** e esperança ocupando a marca de 12% (doze por cento) cada, a segurança ficou com 6% (seis por cento). Paralelo a isso, todos os socioeducandos concordam que a unidade oferece suporte para que eles possam mudar suas trajetórias de vida.

### 5.3 Vivências e Significados da Unidade

Em resposta ao nosso segundo objetivo específico, o que mais marca na convivência dentro da unidade socioeducativa. Para 7 (sete) desses jovens as **regras e disciplinas** é o mais marcante, 6 (seis) jovens acreditam que são as **atividades diárias**. 3 (três) jovens apontaram para o relacionamento com os outros jovens e 1 (um) não soube responder. Para 59% (cinquenta e nove por cento) dos adolescentes a unidade de semiliberdade é **um lugar de aprendizagem**, 35% (trinta e cinco por cento) acreditam que seja um **lugar temporário de transição** e 6% (seis por cento) vê como um **lugar de punição**. Em relação ao que gostariam de mudar estruturalmente ou na rotina da unidade, espontaneamente os jovens apontaram as seguintes respostas: 41% (quarenta e um por cento) apontam para a **qualidade da alimentação**, seguido por 18% (dezoito por cento) que acham que nada precisa mudar, 17% (dezessete por cento) pensam que o afrouxamento das regras deve ser pensado, 12% (doze por cento) apontaram para a baixa potência dos ventiladores, e por fim, 12% (doze por cento) para o horário de dormir. Nesse sentido o lugar é visto como Lar, como aponta Relph (2014) “O lugar como *lar*, é onde as raízes são mais fortes, onde se conhece e se é conhecido pelos outros, e onde se pertence.

Notadamente os pontos marcantes nas vivências desses jovens são regras, disciplinas e atividades diárias. No entanto, não podemos esquecer que são sujeitos que não estão acostumados a respeitá-las dentro do sistema familiar em que estão inseridos, por essa e outras razões, tendem a repetir tais comportamentos na instituição, estranhando sempre que são orientados a aceitar as determinações institucionais. Este é um ponto muito importante no processo educativo desses jovens,

pois atitudes positivas em relação às intervenções, e às autoridades, apontam para um bom prognóstico com relação à não reincidência. (Komatsu. 2019, p. 72) A maior parte dos jovens enxergam a unidade socioeducativa como um lugar temporário e de aprendizagem, mas também como de punição.

#### 5.4 Identidade Ressocialização e Projetos de Vida

E, finalmente para conclusão dos nossos objetivos, ao serem questionados se durante a permanência na unidade os reeducandos perceberam mudanças na forma de como enxergam a si próprio, 88% (oitenta e oito por cento) dos participantes apontaram que sim, e 12% (doze por cento) não conseguiram enxergar mudanças em si mesmo. Em relação aos maiores desafios para seguir um novo caminho após sair da unidade, 8 (oito) dos jovens apontaram para o **trabalho e renda**, 3 (três) apontam **educação e estudos** e 2 (dois) apontam o **preconceito e estigmas** como os maiores desafios, outros 4 (quatro) participantes apontaram questões diversas como relação com a família ou não souberam responder. Por fim, como respostas para a questão aberta em relação ao que os jovens esperam para o futuro após o cumprimento da medida socioeducativa, 53% (cinquenta e três por cento) querem **mudança de vida**, 23% (vinte e três por cento) querem **trabalhar e estudar** e 12% (doze por cento) pretendem tornar-se empresários e 12% (doze por cento) querem dar orgulho para a família.

Neste ponto, a pesquisa se mostrou empolgada com os resultados, pois o fato dos reeducandos notarem alguma mudança positiva em suas condutas e ao mesmo tempo desejarem mudanças de vida, é um ponto favorável no que diz respeito as possibilidades de uma ressocialização mais eficaz. Porém, ao enxergarem como maiores desafios o trabalho e a renda, educação e estudos e o preconceito e estigmas, evidenciam o quanto precisamos evoluir nessas questões, assim como consolida que se trata de uma questão de interesses políticos, pois o não investimento para procurar sanar esse tipo de lacunas na sociedade brasileira é proposital, já que a problemática não surgiu recentemente. Ishida (2019)

A teoria de Piaget não foi aprofundada aqui, mas a explicação que ele oferece em seus estudos para o mecanismo operatório do pensamento do adolescente é, suficientemente rica, para servir como reflexão sobre a prática pedagógica com esses

jovens. Compreender o mecanismo das operações formais e tentar desenvolver uma maneira de se trabalhar a intelectualidade desses jovens parece ser um caminho promissor. (Modesto, 2011, p. 12).

Nesse sentido, e para fim de conhecimento, o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja), é uma possibilidade de conclusão do nível fundamental ou médio e os adolescentes institucionalizados devem ser estimulados a participar sem discriminações. Sendo este, mais um incentivo de inclusão dessas pessoas nas oportunidades futuras que exija uma escolaridade concluída. O Exame é realizado para aferir competências, habilidades e saberes de jovens e adultos que não concluíram o ensino fundamental ou médio na idade adequada. (INEP, Encceja, 2025).

Relph (2014), destaca sobre a autenticidade ou alienação que as pessoas podem sentir em relação a determinados lugares, é concordante neste ponto quando os reeducandos enxergam a unidade socioeducativa como acolhedora, pois oferece-lhes suporte para mudanças de vida, o que não exclui o sentimento de raiva que os mesmos sentem quando estão na unidade. É notório que os sentimentos de transformação se misturam aos de exclusão e acolhimento. Ao perceberem as grades que os impedem de ir e vir, se sentem tristes, ansiosos e com muita raiva.

## 6 EXPRESSÕES ATRAVÉS DAS ILUSTRAÇÕES

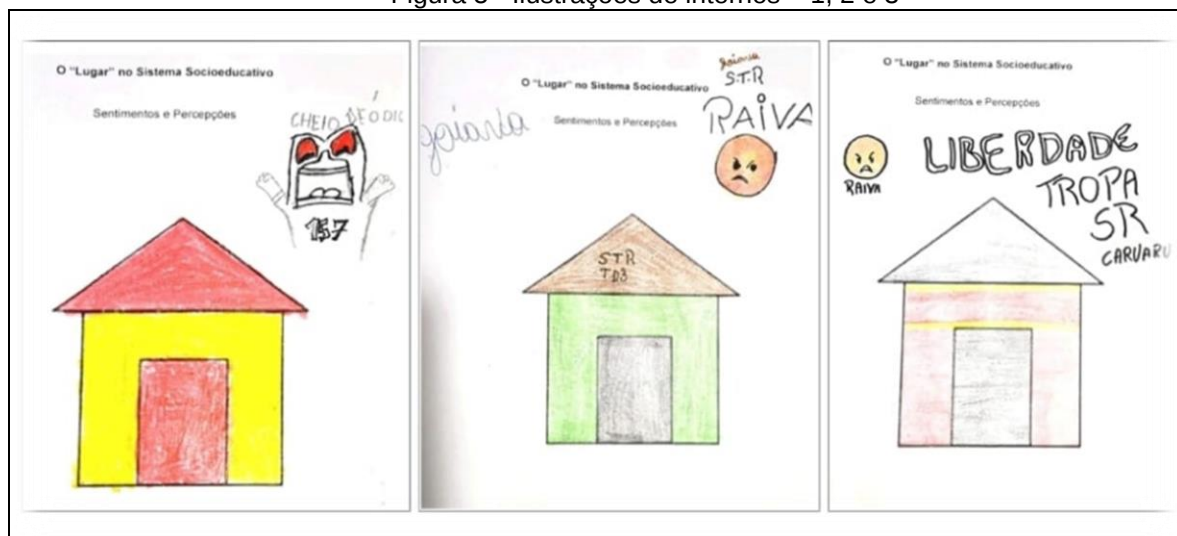
### 6.1 Atividade do Mapa Mental

“Desenho como imagem, desenho como palavras, Experiências desenhadas”. Lucas, C. 2012. Esta etapa da pesquisa foi pensada como uma maneira de tentar penetrar no mundo vivenciado dos sujeitos analisados, compreendendo que muito pode dito por meio dos desenhos. O desenho aqui é crucial, através deles é que faremos nossas próximas análises. Aos jovens apresentamos ilustrações dos personagens do filme divertidamente 2 alinhadas à emojis, os mesmos que utilizamos diariamente nas redes sociais, como já mencionado, onde os adolescentes poderiam utilizar como exemplo para expressar-se quanto aos seus sentimentos em relação a unidade socioeducativa. Segundo Lucas. C. (2012)

Onde as palavras nascem é segredo, não tem moradia fixa, existe uma linha imaginária entre o desenho de cada letra e os desejos. Há palavras internas que cintilam nas almas, navegam em ciclos, germinam no aprendizado dos silêncios perfumados pelas maresias e entendem limites através da linha desenhada. (Lucas. C. 2012, p. 173)

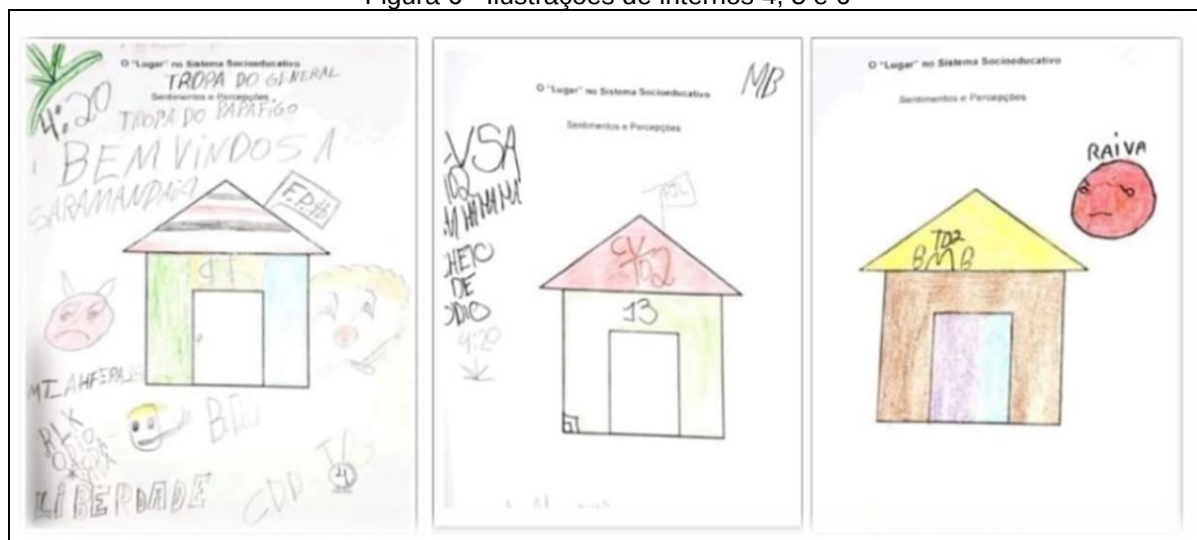
A raiva foi o sentimento predominante nas representações dos reeducandos. Esse resultado corrobora com os resultados do questionário quando perguntados sobre o que sentem quando estão na unidade. Nas próximas figuras 5, 6 e 7, é possível observar a afirmativa.

Figura 5 - Ilustrações de internos – 1, 2 e 3



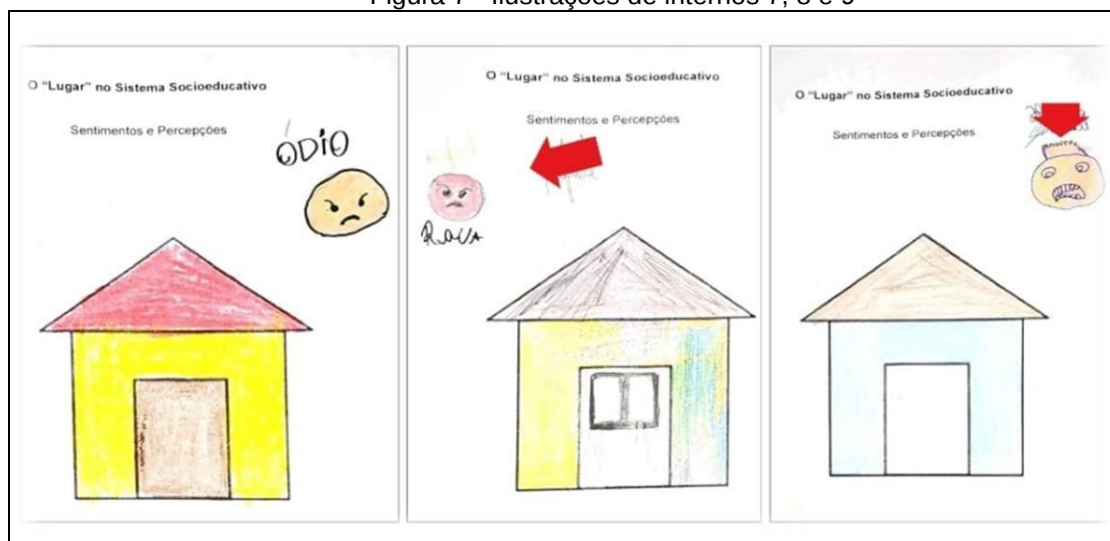
Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Figura 6 - Ilustrações de internos 4, 5 e 6



Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Figura 7 - Ilustrações de internos 7, 8 e 9



Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Conforme organizado na figura 8, as variáveis simbólicas foram: siglas, frases, códigos, emojis, palavras e símbolos, que correspondem as representações de cada participante.

Figura 8 - Levantamento das informações contidas nas ilustrações

| Participantes    | Siglas relacionadas a grupos criminosos / facção | Frase "cheio de ódio" | Emoji da raiva | Nome da comunidade | Palavra "tropa" | Palavra "liberdade" | Símbolo e hora da maconha | Palavra "ódio" e "raiva" |
|------------------|--------------------------------------------------|-----------------------|----------------|--------------------|-----------------|---------------------|---------------------------|--------------------------|
| 1                |                                                  | X                     | X              |                    |                 |                     |                           |                          |
| 2                | X                                                |                       | X              | X                  |                 |                     |                           | X (RAIVA)                |
| 3                | X                                                |                       | X              | X                  | X               | X                   |                           | X (RAIVA)                |
| 4                | X                                                | X                     | X              | X                  | X               | X                   | X                         |                          |
| 5                | X                                                | X                     |                |                    |                 |                     | X                         |                          |
| 6                | X                                                |                       | X              |                    |                 |                     |                           | X (RAIVA)                |
| 7                |                                                  |                       | X              |                    |                 |                     |                           | X (ÓDIO)                 |
| 8                |                                                  |                       | X              |                    |                 |                     |                           | X (RAIVA)                |
| 9                |                                                  |                       | X              |                    |                 |                     |                           |                          |
| RESULTADO EM QTD | 5                                                | 3                     | 8              | 3                  | 2               | 2                   | 2                         | 5                        |
| RESULTADO EM %   | 55%                                              | 33%                   | 88%            | 33%                | 22%             | 22%                 | 22%                       | 55%                      |

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

As simbologias representadas nos mapas mentais, estão relacionadas ao desejo de liberdade, onde 22% (vinte e dois por cento) dos jovens destacaram a palavra "**liberdade**", misturados ao sentimento de **ódio e raiva** 55% (cinquenta e

cinco por cento), alinhadas à necessidade de expor de onde vieram, como o **nome da comunidade** que residem, 33% (trinta e três por cento) dos jovens apontaram isso. A soma das frequências apresentadas, corresponderam aos resultados em quantidade e percentual. (Reis, 2002)

Nas representações, é possível identificar a relação que os adolescentes têm com facções criminosas, onde 55% (cinquenta e cinco por cento) demonstraram estar ligados a elas através das siglas expostas. Essa questão pode estar relacionada a convivência com jovens que consideram desafetos, podendo ser observada nas descrições numéricas e até frases de efeito presente nos desenhos. Para eles, estes grupos seriam uma extensão de suas famílias, pois de certa forma se sentiam não apenas parte, mas agentes importantes e ativos para a identidade coletiva. Esta simbologia também se relaciona à forma como o indivíduo recebe determinadas influências, as determinações de condutas, e comportamento geralmente vem de indivíduos que direta ou indiretamente exercem uma posição hierárquica, estes, dependendo do meio em que foram condicionados também perpassam por influências culturais, religiosas, sociais e econômicas (Buttimer, 1982).

Certamente dentre os fatores que trazem desconforto e conseqüentemente raiva, é o fato de estarem reclusos na unidade de semiliberdade, submetidos ao constante monitoramento e vigilância por parte dos agentes de ressocialização e o desejo de liberdade. Não devemos esquecer que as transformações em curso na adolescência é uma janela de oportunidades para reações e sentimentos intensos que podem ocasionar explosões e descontroles comportamentais. (Komatsu, 2019, p.40). Ressaltamos neste caso que, a vizinhança, também não estão confortáveis com a presença de uma unidade socioeducativa tão próximo de suas residências.

Salientamos, que a raiva quando não bem administrada pode se tornar um grande problema para ele mesmo e para a sociedade. Para grupos criminosos, quando um de seus integrantes é detido, vem a insegurança de que ele possa verbalizar características, segredos e até nomes de líderes. Conseqüentemente, quando esses jovens ganham a liberdade podem não ser reinseridos no grupo, não por terem necessariamente culpa, mas pelo elo de confiança ter sido rompido. A própria construção de facções criminosas fundamenta-se na alimentação de rivalidade entre diferentes grupos que dividem o mesmo território, essas atividades tornam-se

uma justificativa plausível para as investidas policiais recorrentes nas comunidades (Serra, 2020).

Assim, para minimizar as possibilidades deste jovem voltar as práticas infratoras, o trabalho de ressocialização implica a participação de diferentes agentes. As equipes multiprofissionais, segundo Santos, Silva e Rezende (2024), podem ser um forte indicativo de sucesso para essa nova jornada, o trabalho e empenho de vários profissionais uma vez observando as diferentes necessidades desse jovem, aumenta a gama de possibilidades para que estes façam escolhas mais assertivas.

Ainda segundo Santos, Silva e Rezende (2024), além do trabalho multiprofissional é importante que todo um trabalho social seja otimizado. Estes jovens já são estigmatizados por serem periféricos, em sua maioria negros e estarem em processo de ressocialização, visto que infelizmente a sociedade tende a rejeitá-los, principalmente no mercado de trabalho, e o mercado de trabalho talvez seja uma das conquistas que eles mais almejam. Quando eles têm a dificuldade de serem aceitos a um novo estilo de vida, as possibilidades de voltarem a praticar as mesmas atividades que os levaram a reclusão são altas. Então, a raiva que os adolescentes apresentam nos desenhos também pode configurar a visão que eles já têm do que pode vir a ocorrer em suas vidas quando estiverem em liberdade. Há o receio de não serem aceitos nos grupos de que faziam parte, há a preocupação de quererem mudar o estilo de vida e não serem aceitos socialmente e a situação mais delicada, quando percebem que não são aceitos no mercado de trabalho e decidem voltar a realizar práticas reprimidas por lei.

Esta situação é demasiadamente preocupante, pois segundo Coutinho, (2011), os fatores psicológicos desses jovens estão impactados desde o momento da entrada na adolescência, e podem sofrer mais impactos com as frustrações que podem surgir quando retomam sua liberdade. Assim, o alívio que vários deles esboçaram ao sair dessas unidades pode se tornar mais crítico devido as mudanças que ele precisará enfrentar, e a falta de maturidade que ainda apresentam, podem ser um fator que desencadeia mais frustrações, revolta e sensação de não pertencimento.

Os jovens são encaminhados para estes espaços a partir de determinações legais, mas estas mesmas determinações legais precisam cumprir todos os mecanismos que assegurem bem estar, conforto e segurança. Caso o acolhimento não seja trabalhado de acordo com as respectivas diretrizes, as chances de não

associação com as oportunidades que estão sendo promovidas podem ser maiores, e este sentimento de raiva e revolta se mantém, consequentemente este jovem infrator tende a cometer novas infrações, e na fase adulta pode ser um criminoso em potencial, e a unidade de acolhimento não terá cumprido seu papel (Silveira, 2020).

## **6.2 Realidades sociais e culturais de jovens infratores**

Os adolescentes que ocupam essas instituições, pouco tem de diferente dos jovens do início do século XX, especificamente em 1921, quando surgiu o termo delinquente. São periféricos, baixa escolaridade, criados apenas pela figura materna, avó ou mãe, e são negros. A questão é sobretudo estrutural do ponto de vista do lugar social, de poder da classe dominante exercido sobre determinadas camadas da sociedade e de segregação. Onde as vivências experienciadas por esses jovens são fundamentais para reflexões sobre qual ou quais os pontos que devemos englobar para transformar esse cenário.

Toda a trajetória dos marcos civilizatórios no Brasil, embora tenham servido para mudanças e melhorias em determinados momentos, como a criação do ECA por exemplo, que trouxe mais proteção e humanização para crianças e adolescentes no território brasileiro, atualmente, ainda podemos perceber que os mecanismos se reinventam para que os mesmos sujeitos permaneçam ocupando os mesmos lugares.

O mais preocupante para a vida destes indivíduos é que está havendo um grande apoio social para a mudança dessa legislação. Logo, observa-se a contínua estratégia que mantém a classe dominante controlando a classe dominada, e os jovens continuam vulneráveis a um sistema que não foi criado nem está sendo alimentado para favorecê-los. A redução da maioria penal gera bastante controvérsias no debate brasileiro, sendo um assunto bastante complexo, mas defendido por muitos por entenderem que a mudança possa alcançar a diminuição da violência e criminalidade. Para outros, esse tema não deve ser tratado enquanto não forem resolvidos os problemas da educação e desigualdades no Brasil. (Senado/notícias/27.06.2019). Inclusive, atualmente há uma Proposta de Emenda à Constituição de nº 32 / 2019 em tramitação no Senado objetivando essa discussão.

Afirmativas de teóricos como Ishida (2019), reforçam a responsabilidade do Estado em promover ações que conscientizem a sociedade no que tange o acolhimento

destes jovens que cometeram atos infracionais, sob a perspectiva de que todos tem a responsabilidade de orientar e trazer oportunidades para que eles se integrem às dinâmicas de uma sociedade justa e com oportunidade para todos. Desta forma, é importante que as políticas públicas para estes indivíduos sejam elaboradas e implementadas não como caráter punitivo, mas sim de orientação e conscientização através de reflexões mútuas do jovem em desejar se readaptar ao meio e do próprio meio em aceitá-lo e acreditar nas suas intenções (Baracho, 2017).

Por fim, também é pertinente entender a partir das perspectivas da realidade brasileira no que se refere ao sistema prisional. Se estes jovens passam a ser apontados como criminosos, consequentemente serão encaminhados a unidades prisionais. Estes lugares comportam os mais variados criminosos, e estes jovens ficam sujeitos não apenas a aprender sobre novos crimes, mas também de vê-los como naturais ao comportamento daqueles com quem está convivendo (Benetti, 2021). É de extrema importância que Estado, família e sociedade estejam alinhados e comprometidos com a ideia de buscar melhores condições e perspectivas de vida para os jovens, especialmente os que vivem em condições de vulnerabilidades nesse país, possibilitando mudanças de trajetórias, contribuindo na realização de seus sonhos e finalmente no encontro do seu lugar de direito na sociedade.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo se propôs investigar como os jovens, de uma unidade de semiliberdade da cidade de Recife-PE, percebem, sentem e significam os lugares de cumprimento das medidas socioeducativas. Os dados indicaram que a presença de equipes multifuncionais e uma política pública externa são fatores chaves para reintegração desses jovens. O conceito de lugar, central na geografia humanista, refere-se ao espaço dotado de significado a partir das vivências e percepções humanas. Tuan, (1983). Para jovens em unidades de semiliberdade, o lugar transcende as barreiras físicas, envolvendo interações sociais, memórias, sentimentos e expectativas. A pesquisa partiu das observações e inquietações realizadas pela autora durante o período em trabalhou na unidade socioeducativa Casem Harmonia.

Quanto aos resultados, consideramos que foram contemplados dentro dos nossos objetivos. Os dados analisados confirmam que a relação desses jovens com a unidade de semiliberdade como lugar de cumprimento de medidas socioeducativas é permeada por sentimentos de acolhimento, raiva, disciplina, ansiedade e perspectivas, ou seja, permeada de experiências paradoxais, simultaneamente como restrição e como possibilidade de reconstrução identitária.

Neste estudo foram levantadas algumas problemáticas, uma delas é justamente o que pode acontecer com esses adolescentes a partir do momento em que estarão em liberdade, pois, mesmo com a liberdade assistida eles irão precisar de oportunidades que nem sempre seus familiares poderão prover. Uma das questões que foi muito discutida aqui, foi que Crianças e adolescentes estão em fase de formação psíquica onde aprendem principalmente através do interacionismo, que é a capacidade de aprender a partir da observação do outro. Então, se esses sujeitos são criados em um ambiente com limitadas fontes de aprendizado, comportamentos nocivos, sem apoio familiar, tendem a buscar esse apoio com aqueles com quem tem mais afinidade. (Fonseca, V. 2019)

Uma forma de alimentar este sistema, que foi amplamente discutido através de relações de domínios e poder, é que se entende que os níveis de instrução, tem grande capacidade de influenciar o comportamento dos indivíduos. Enquanto aqueles que moram em ambientes confortáveis, com regalias e com alto nível de instrução são

educados e formados para serem os patrões, o outro grupo que mora em regiões periféricas, que são instruídos em ambientes com poucos recursos e são orientados desde cedo a servirem como mão-de-obra trabalhadora e barata para estas pessoas, sob a crença de que ocupam o lugar de direito. Gonzalez, (1982).

Compreende-se que a instituição responsável pela ressocialização no Estado de Pernambuco, FUNASE, busca promover o que o SINASE e o ECA estabelecem, e estão alinhadas com as normas vigente e empenhadas em fazer sua parte na prestação da assistência a esses jovens, com recursos tecnológicos, pedagógicos e sociais que os estimulam a terem maiores perspectivas de vida. Vale lembrar que a instituição é um órgão ligado ao Estado.

Segundo Freire (2005) “Os opressores acreditam que devem ser eles os fazedores da transformação por meio de uma generosidade *falsa*, que não modifica a realidade opressora, mas ajuda a mantê-la. (Souza, M. 2023, P.28). No que tange aos objetivos do Estado em se propor solucionar essa problemática, a análise sócio histórica e cultural evidenciou que nunca houve essa intenção. Claramente o que há, é uma disposição de organizar novos mecanismos de manutenção do problema, sendo o próprio Estado o causador e beneficiário da problemática.

Trabalhar com as percepções desses adolescentes significou uma oportunidade de aprendizado e tomada de consciência da realidade de pessoas historicamente silenciadas e excluídas. Quando damos a oportunidade desses sujeitos falarem sobre seus anseios e sentimentos, percebemos o quanto eles têm para contribuir com a sociedade, pois são dotados de inteligência, criticidades e muita vontade de realizar seus sonhos. Concordante ao que Freire (2005) aponta, “Somos seres políticos dotados de criticidades e podemos fazer escolhas, opções e criar novas maneiras de nos relacionarmos entre nós mesmos e com o mundo”. (Souza, M. 2023)

Quanto as lacunas e limitações da pesquisa, as dificuldades que esses jovens têm em se manter distantes dos grupos criminosos e facções apontadas nesse ensaio, são diversas e complexas, e merecem atenção principalmente do Estado para alcançar um caminho plausível para uma solução. Constata-se a necessidade de ampliação da discussão, com ênfase nas perspectivas dos sujeitos que vivenciam o fenômeno em pensar sobre possíveis caminho para romper o elo. Este é um fator limitante da nossa pesquisa que dá espaço para novas investigações nesse tocante.

Mais uma vez, e para de fato traçarmos a conclusão deste estudo, a ressocialização de um jovem infrator não depende apenas de seu empenho em querer mudar, mas, principalmente, da elaboração de políticas públicas que criem condições para atender os direitos fundamentais que estes indivíduos possuem, para que não sejam reincidentes e tenham oportunidades de mudança significativa de vida.

## REFERÊNCIAS

- BARACHO, N. L. **A inserção do adolescente infrator no mercado de trabalho e as medidas socioeducativas**. Jus.com.br, 2017.
- BENETTI, P. R. Redução da maioria penal: a longa trajetória de um discurso sobre adolescentes. Porto Alegre. **Sociologias**, v. 23, n. 58, ago./dez. 2021.
- BISINOTO, C. et al. Socioeducação: origem, significado e implicações para o atendimento socioeducativo. Maringá. **Psicologia em Estudo** v. 20, n. 4, 2015.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado 1988.
- BRASIL, Governo Federal - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Manual do pesquisador - métodos e técnicas de pesquisa qualitativa**. 2023.
- BRASIL. Lei Nº. 8.069, de 13 de julho de 1990 - **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**. 1990.
- BRASIL. **Ministério da saúde, saúde do adolescente e jovem**.
- BUTTIMER, A. Aprendendo o dinamismo do mundo vivido. In: CHRISTOFOLLETI, Antônio. **Perspectiva da Geografia**. São Paulo: Difel, 1982.
- COELHO, B. I.; ROSA, E. M. Ato infracional e medida socioeducativa: representações de adolescentes em L.A. **Psicol Soc**, v. 25, n. 1 2013.
- CONANDA - **Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente**, 1991.
- COUTINHO, M. P. L.; et al. Prática de privação de liberdade em adolescentes: um enfoque psicossociológico. **Psicol Estud**, v. 16, n. 1, 2011.
- FONSECA, V. **Desenvolvimento cognitivo e Processo de Ensino-Aprendizagem**: abordagem psicopedagógica à luz de Vygotsky/ Vitor da Fonseca. Petrópolis, RJ: Vozes, 20219.
- FUNASE- **Fundação de atendimento Socioeducativo**.
- FUNASE: **Boletim Estatístico**, Estatística, Supor/ATTI – **Assessoria Técnica de Tecnologia da Informação**, outubro, 2024.
- FUNASE: **Projeto Político - Pedagógico**, 2020.
- FUNASE: **Regimento Interno**, 2024.
- FUNASE: **Relatório Anual**, 2023.
- FUNASE: **Relatório Anual**, 2024.

- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GONZALES, L.; HASSEMBALG, C. Lugar de negro. Rio de Janeiro, **Marco Zero**, coleção 2 pontos, 1982.
- HOLZER, H. A Geografia Humanista: uma revisão. **Espaço e cultura**, UERJ, RJ, Edição Comemorativa, 2008.
- IBGE – **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, agência de notícia, 2022.
- ISHIDA, V. K. **Estatuto da Criança e do Adolescente: Doutrina e Jurisprudência**. Salvador: Editora Juspodivm, ed. 20, 2019.
- KOMATSU, A. V. **O desenvolvimento do comportamento violento na adolescência**/ André Vilela Komatsu – Ribeirão Preto, 2019.
- LUCAS, C. M. L. A. **Desenho como palavra, desenho como imagem: experiências desenhadas**/Constança Maria Lima de Almeida Lucas – São Paulo: C. M. L. A. Lucas, 2012.
- MASSEY, D. Um sentido global do lugar. In A. A. Arantes (Ed.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000.
- MENDES, R. M; MISKULIN, R. G. S. A análise de conteúdo como uma metodologia. **Cad Pesqui**, v. 47, n. 165, 2017.
- MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.
- MODESTO, P. S.; *et.al.* **O desenvolvimento da adolescência na teoria de Piaget**, 2011.
- MPPE - Cartilha: **E agora? Perguntas e respostas sobre as medidas socioeducativas**, Recife, 2016.
- NASCIMENTO, E. T.; MARQUES, J. L. M. O processo de ressocialização do indivíduo delituoso e as atuais profilaxias criminais na sociedade brasileira. **Jornal Eletrônico das Faculdades Integradas Vianna Júnior**, v. 13, n. 2. 2021.
- PEDAS - **Plano Estadual Decenal de Atendimento Socioeducativo do Estado de Pernambuco**, 2015 – 2024.
- PEREIRA, F. C. S. C. **Adolescência no contexto das medidas socioeducativas**. Curitiba: Juruá, 2023.
- PIAGET, J. **Seis estudos de psicologia**. Tradução: Maria Alice Magalhães D' Amorim e Paulo Sergio Lima Silva. Rio de Janeiro: Forense universitária, 1999.
- PIMENTA, J. C.; SILVA, P. Y. F. A desigualdade racial no brasil que se arrasta ao longo do século XXI. **Revista Foco**, v. 16, n. 4, 2023.

PLANO NACIONAL DE ENFRENTAMENTO DA VIOÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES, 2022.

REIS, E.A., Reis I.A. (2002) **Análise Descritiva de Dados**. Relatório Técnico do Departamento de Estatística da UFMG.

RELPH, E. **Lugar e Lugaridades**, 1976. Tradução de Eduardo Marandola Jr. Fortaleza. **Mercator**, v. 19, 2020.

RELPH, E. **Reflexões Sobre a Emergência, Aspectos e Essência de Lugar**, Perspectiva S.A, 2014.

SANTANA, V. A.; TERRA, J. L. As medidas socioeducativas e a ressocialização do menor infrator. **Ciências Sociais**, v. 27, n. 128, 2023.

SANTOS, M. 1978. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, Edusp. 1978.

SANTOS, M. 1988. **Metamorfose do Espaço Habitado**. São Paulo. Hucitec. 124p.

SANTOS, M. F.; SILVA, A. I.; REZENDE, T. M. Perspectivas de reinserção de menores infratores na sociedade e no mercado de trabalho. **Observatório de la Economía Latinoamericana**, v. 22, n. 6, 2024.

SERRA, C. H.A.; *et al.* Guerra às drogas no Brasil contemporâneo: proibicionismo, punitivismo e militarização da segurança pública. **Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - UFJF** v. 15, n. 2, jul. 2020.

SILVEIRA, P. F. K. Ressocialização de menores infratores: uma análise multidisciplinar da aplicação das medidas socioeducativas. **Perspectivas Sociais**, Pelotas, v. 6, n. 1, 2020.

SINASE - **Sistema Nacional do Atendimento Socioeducativo**, 2012.

SHIRMANN, J.K. *et.al.* **Fase do desenvolvimento Humano Segundo Gean Piaget**, Realize, 2019.

SOUSA, José Raul de; SANTOS, Simone Cabral Marinho dos. **Análise de conteúdo em pesquisa qualitativa: modo de pensar e de fazer. Pesquisa e debate em educação**, Juiz de Fora: UFJF, v. 10, n. 2, p. 1396 – 1416, jul. – dez. 2020. ISSN 2237-9444.

SOUZA, E. M. **O conceito de liberdade na obra de Paulo Freire** / Eliza Militz de Souza.- 2020.

TAQUETTE, S. R.; MINAYO, M. C. S.; RODRIGUES, A. O. The perceptions of medical researchers on qualitative methodologies. **Cad. Saúde Pública**, v. 31, n. 4, 2015.

TUAN, Y. F. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.

TUAN, Yi-Fu. 1983. **Espaço e Lugar**. São Paulo. Difel. 250p.

VIEIRA, M. M.; BARCELOS, P. T. R. **Medidas Socioeducativas**: Perspectivas, experiências e possibilidades. São Paulo: Editora D'Plácido, 2023.

SANTOS, Viviane Ribeiro Rocha dos. **A formação profissional sob o olhar das mulheres privadas de liberdade: o Pronatec Prisional**. / Viviane Ribeiro da Rocha dos Santos. – Olinda, PE, o autor, 2024.

VYGOTSKI, L.S. **Formação social da mente**: O Desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

YIN, R. O. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. trad. Daniel Grassi. Porto Alegre: Bookman, 2001.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO PRODUZIDO ATRAVÉS DO GOOGLE FORMS

# O “Lugar” no Sistema Socioeducativo: prismas para jovens de uma Unidade de Semiliberdade da Cidade do Recife – PE

TCLC

Este questionário faz parte de uma pesquisa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) cujo tema é “O “Lugar” no Sistema Socioeducativo: prismas para jovens de uma Unidade de Semiliberdade da Cidade do Recife – PE”. O objetivo da pesquisa é compreender como os jovens, de uma unidade de semiliberdade em Recife-PE, percebem, sentem e significam os lugares de cumprimento das medidas socioeducativas.

Com esta atividade específica (questionário), buscamos levantar dados e informações sobre condições sociodemográficas dos jovens da unidade de semiliberdade; sentimentos, percepções, vivências e significações em relação a instituição, além das perspectivas de ressocialização e projetos de vida.

Não é preciso se identificar e o tempo de duração para responder o questionário é de aproximadamente entre cinco a dez minutos. O(a) entrevistado(a) pode a qualquer tempo interromper e/ou desistir de participar, sem nenhum tipo de prejuízo.

Os pesquisadores envolvidos com a pesquisa são Wedmo Rosa (docente-orientador) e Andrea Lima (estudante-pesquisadora), todos vinculados ao IFPE – Campus Recife. Os dados e informações coletados serão utilizados apenas para realização de trabalhos acadêmicos e com o propósito de promover o conhecimento científico. Ressaltamos que sua privacidade será respeitada, ou seja, seu nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa, de qualquer forma, lhe identificar, será mantido em sigilo.

Agradecemos pela colaboração e disponibilidade!

E-mail para mais informações: [andr\\_derr@hotmail.com](mailto:andr_derr@hotmail.com)

*\* Indica uma pergunta obrigatória*

1. Você concorda em participar desta pesquisa? \*

*Marcar apenas uma oval.*

☐ SIM

☐ NÃO

**Perfil sociodemográfico**

<https://docs.google.com/forms/d/1WCZ8THFVef-clXGXIMk6I3CXtyXMsQi5zErDRYRBQIY/edit>

11/01/2025, 09:56

O "Lugar" no Sistema Socioeducativo: prisms para jovens de uma Unidade de Semiliberdade da Cidade do Recife

2. 1) Qual sua idade? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- ☐ Menos de 15 anos
- ☐ 15 anos
- ☐ 16 anos
- ☐ 17 anos
- ☐ 18 anos
- ☐ Mais de 18 anos

3. 2) Qual é o seu nível de escolaridade?

*Marcar apenas uma oval.*

- ☐ Nunca frequentei a escola
- ☐ Ensino fundamental incompleto
- ☐ Ensino fundamental completo
- ☐ Ensino médio incompleto
- ☐ Ensino médio completo
- ☐ Outro: \_\_\_\_\_

4. 3) Qual sua religião? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- ☐ Ateu ou Agnóstico
- ☐ Católica
- ☐ Candomblé ou Umbanda
- ☐ Espírita
- ☐ Evangélica
- ☐ Sem religião
- ☐ Prefiro não declarar
- ☐ Outro: \_\_\_\_\_

11/01/2025, 09:56

O "Lugar" no Sistema Socioeducativo: prismas para jovens de uma Unidade de Semiliberdade da Cidade do Recife – PE

## 5. 4) Qual sua cor/raça? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- ☐ Amarela
- ☐ Branca
- ☐ Indígena
- ☐ Parda
- ☐ Preta
- ☐ Prefiro não declarar

3

## 6. 5) Você tem filhos? Quantos?

*Marcar apenas uma oval.*

- ☐ Não tenho filhos
- ☐ Apenas 1 filho
- ☐ 2 filhos
- ☐ Mais de 3 filhos

## 7. 6) Há quanto tempo você está na unidade de semiliberdade? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- ☐ Menos de 6 meses
- ☐ Entre 6 meses e 1 ano
- ☐ Entre 1 ano de 2 anos
- ☐ Mais de 2 anos
- ☐ Outro: \_\_\_\_\_

11/01/2025, 09:56

O "Lugar" no Sistema Socioeducativo: prismas para jovens de uma Unidade de Semiliberdade da Cidade do Recife – PE

8. 7) Antes de vir para esta unidade, onde você morava/mora? \*

*Marque todas que se aplicam.*

- ☐ Com família
- ☐ Em abrigo
- ☐ Na rua
- ☐ Outro: \_\_\_\_\_

9. 8) Com quem você morava/mora?

*Marcar apenas uma oval.*

- ☐ Com os pais
- ☐ Apenas com a mãe
- ☐ Apenas com o pai
- ☐ Sozinho
- ☐ Outro: \_\_\_\_\_

10. 9) Qual município de sua moradia? \*

Dropdown

*Marcar apenas uma oval.*

- ☐ Recife
- ☐ Olinda
- ☐ Jaboatão dos Guararapes
- ☐ Cabo de Santo Agostinho
- ☐ Ipojuca
- ☐ Abreu e Lima
- ☐ Camaragibe
- ☐ Outro município da Região Metropolitana do Recife
- ☐ Outro município do Estado de Pernambuco

**Sentimentos e Percepções sobre a Unidade**

<https://docs.google.com/forms/d/1WCZ8THFVef-clXGXIMk6I3CXtyXMsQI5zErDRYRBQIY/edit>

4/9

11/01/2025, 09:56

O "Lugar" no Sistema Socioeducativo: prisms para jovens de uma Unidade de Semiliberdade da Cidade do Recife – PE

11. 10) Como você percebe ou descreveria a unidade de semiliberdade? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- ☐ Acolhedora  
☐ Rigorosa  
☐ Desafiadora  
☐ Indiferente  
☐ Outro: \_\_\_\_\_

5

12. 11) O que você sente quando está na unidade? (Marque até 3 opções) \*

*Marque todas que se aplicam.*

- ☐ Medo  
☐ Tristeza  
☐ Esperança  
☐ Frustração  
☐ Segurança  
☐ Raiva  
☐ Ansiedade  
☐ Alegria  
☐ Outro: \_\_\_\_\_

13. 12) Você sente que a unidade oferece suporte para que você possa mudar sua trajetória de vida? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- ☐ Sim, totalmente  
☐ Sim, em parte  
☐ Não  
☐ Não sei responder  
☐ Outro: \_\_\_\_\_
- 

11/01/2025, 09:56

O "Lugar" no Sistema Socioeducativo: prismas para jovens de uma Unidade de Semiliberdade da Cidade do Recife – PE

14. 13) Você acha que as atividades diárias (saídas à escola, curso, oficinas etc.) \*  
irão trazer algum benefício para sua vida fora daqui?

*Marcar apenas uma oval.*

- ☐ Sim, totalmente  
☐ Sim, em parte  
☐ Não  
☐ Não sei responder  
☐ Outro: \_\_\_\_\_

15. 14) O que você sente quando está longe da unidade? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- ☐ Alívio  
☐ Tristeza  
☐ Saudades  
☐ Felicidades  
☐ Insegurança  
☐ Outro: \_\_\_\_\_

6

#### **Vivências e Significados da Unidade**

16. 15) O que mais marcou você na convivência dentro da unidade? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- ☐ Regras e disciplina  
☐ Relacionamento com outros jovens  
☐ Atividades educativas  
☐ Outro: \_\_\_\_\_

11/01/2025, 09:56

O "Lugar" no Sistema Socioeducativo: prismas para jovens de uma Unidade de Semiliberdade da Cidade do Recife – PE

17. 16) A unidade de semiliberdade é, para você: \*

*Marcar apenas uma oval.*

- ☐ Um lugar de aprendizado
- ☐ Um lugar de punição
- ☐ Um lugar temporário de transição
- ☐ Outro: \_\_\_\_\_

18. 17) Existe algo que você gostaria de mudar na estrutura ou na rotina da unidade? Por favor, explique.

---

---

---

---

---

#### **Identidade, Ressocialização e Projetos de Vida**

19. 18) Durante sua permanência aqui, você percebe mudanças na forma como enxerga a si mesmo? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Não sei responder

11/01/2025, 09:56

O "Lugar" no Sistema Socioeducativo: prisms para jovens de uma Unidade de Semiliberdade da Cidade do Recife – PE

20. 19) Quais são seus maiores desafios para seguir um novo caminho após sair da unidade? \*

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Educação e estudos
- ☐ Trabalho e renda
- ☐ Relações familiares
- ☐ Preconceito ou estigma
- ☐ Outro: \_\_\_\_\_

21. 20) Você tem alguém em quem pode confiar? Quem? (Marque todas as opções que se aplicam) \*

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Não
- ☐ Mãe
- ☐ Pai
- ☐ Avó/Avô
- ☐ Irmão/Irmã
- ☐ Tio/a
- ☐ Primo/a
- ☐ Amigo/a
- ☐ Vizinho/a
- ☐ Outro: \_\_\_\_\_

22. 21) O que você espera para o futuro após o cumprimento da medida socioeducativa?

---

---

---

---

---

## ANEXOS

## ANEXO A – QUANTITATIVO POPULACIONAL DIÁRIO – 19/02/2025



Secretaria  
da Criança  
e Juventude



SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO – SUPOR  
Assessoria Técnica de Tecnologia da Informação – ATTI

QUANTITATIVO POPULACIONAL  
DATA: 19/02/2025

| REGIÃO DE DESENVOLVIMENTO | UNIDADE DE ATENDIMENTO INICIAL        | CAPACIDADE | FAIXA ETÁRIA                         | POPULAÇÃO |
|---------------------------|---------------------------------------|------------|--------------------------------------|-----------|
| METROPOLITANO – RDM       | UNIAI – Recife                        | 15         | 12 a 21 anos incompletos             | 06        |
| Total                     |                                       | 15         | –                                    | 06        |
| REGIÃO DE DESENVOLVIMENTO | UNIDADES DE INTERNAÇÃO PROVISÓRIA     | CAPACIDADE | FAIXA ETÁRIA                         | POPULAÇÃO |
| METROPOLITANO – RDM       | CENIP – Santa Luzia – Recife          | 40         | 12 a 21 anos incompletos             | 02        |
|                           | CENIP – Recife I                      | 40         | 12 a 21 anos incompletos             | 39        |
|                           | CENIP – Recife II                     | 40         | 12 a 21 anos incompletos             | 29        |
| AGRESTE CENTRAL – RDAC    | CENIP – Caruaru                       | 40         | 12 a 21 anos incompletos             | 14        |
| MOXOTÓ – RDMX             | <sup>(1)</sup> CASE/CENIP – Arcoverde | 05         | 12 a 21 anos incompletos             | 01        |
| SÃO FRANCISCO – RDSF      | CENIP – Petrolina                     | 20         | 12 a 21 anos incompletos             | 04        |
| Total                     |                                       | 185        | –                                    | 89        |
| REGIÃO DE DESENVOLVIMENTO | UNIDADES DE INTERNAÇÃO                | CAPACIDADE | FAIXA ETÁRIA                         | POPULAÇÃO |
| METROPOLITANO – RDM       | CASE – Santa Luzia – Recife           | 40         | 12 a 21 anos incompletos             | 04        |
|                           | CASE – Muribeca                       | 40         | Acima de 18 anos                     | 58        |
|                           | CASE – Pirapama                       | 40         | Acima de 18 anos                     | 34        |
|                           | CASE – Jaboatão dos Guararapes        | 40         | 12 a 16 anos e 6 meses               | 29        |
| MATA NORTE – RDMN         | CASE – Timbaúba                       | 40         | 15 a 18 anos incompletos             | 40        |
| MATA SUL – RDMS           | CASE – Vitória de Santo Antão         | 40         | 12 a 18 anos incompletos             | 31        |
| AGRESTE CENTRAL – RDAC    | CASE – Caruaru                        | 40         | 12 a 18 anos incompletos             | 39        |
| MOXOTÓ – RDMX             | <sup>(1)</sup> CASE/CENIP – Arcoverde | 15         | 12 a 21 anos incompletos             | 03        |
| AGRESTE MERIDIONAL – RDAM | CASE – Garanhuns                      | 40         | 12 a 18 anos incompletos             | 35        |
| SÃO FRANCISCO – RDSF      | CASE – Petrolina                      | 40         | 12 a 18 anos incompletos             | 25        |
| Total                     |                                       | 375        | –                                    | 298       |
| REGIÃO DE DESENVOLVIMENTO | UNIDADES DE SEMILIBERDADE             | CAPACIDADE | FAIXA ETÁRIA                         | POPULAÇÃO |
| METROPOLITANO – RDM       | CASEM – Santa Luzia – Recife          | 20         | 12 a 21 anos incompletos             | 03        |
|                           | CASEM – Harmonia                      | 20         | 16 e 9 meses até 21 anos incompletos | 20        |
|                           | CASEM – Areias                        | 20         | 12 a 16 anos e 8 meses               | 16        |
|                           | CASEM – Iputinga                      | 20         | 16 e 9 meses até 21 anos incompletos | 20        |
| AGRESTE CENTRAL – RDAC    | CASEM – Caruaru                       | 20         | 12 a 21 anos incompletos             | 04        |
| SÃO FRANCISCO – RDSF      | CASEM – Petrolina                     | 20         | 12 a 21 anos incompletos             | 03        |
| Total                     |                                       | 120        | –                                    | 66        |
| Total Geral               |                                       | 695        | –                                    | 459       |

Fonte: Unidades Socioeducativas.

(1) Unidades Integradas de Atendimento: Internação e Internação Provisória.

Observação:

- Reordenamento das unidades de atendimento socioeducativo, portaria FUNASE nº 004/2024 e suas atualizações e portaria FUNASE nº 118/2025.

HORÁRIO DA COLETA: 08:00H as 09:29H

FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO  
Av. Conselheiro Rosa e Silva, 773, Afifos, Recife-PE  
Fone: (81) 3184.5416  
E-mail: funase@funase.pe.gov.br  
CNPJ: 11.722.741/0001-00